

PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.120/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.784/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos.

PROPOSTA DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

NOME FANTASIA: BINAR TECH

RAZÃO SOCIAL: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA

CNPJ: 10.786.517/0001-01 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 9047812310

ENDEREÇO COMPLETO:

RUA: São Paulo Nº: 909 BAIRRO: Centro

COMPLEMENTO: sala 601, 6º Andar, Ed. Com. Espelho das Águas

CEP: 85960-142 CIDADE: Marechal Cândido Rondon (PR)

FONE: (45) 3254-0570 / (45) 99970-7295

E-MAIL: contratos@binartech.com.br

REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO : Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo CARGO: Sócio Administrador Estado Civil: Divorciado Nacionalidade: Brasileiro

RG: 7500065-0 Órgão Expedidor: SESP-PR CPF: 045.143.419-67

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1,
CN=CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.10.29 11:28:27-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Banco: Banco do Brasil 001 Agência: 0859-1 C/C: 35207-1 localidade : Marechal Cândido Rondon – PR WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 90.120/2025**, em epígrafe, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de **05 (cinco) anos**, conforme segue:

Proposta de Preço

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	Serviços de instalação, configuração e parametrização de software, cadastro/importação de banco de dados com todos os servidores da Prefeitura do Município de Nova Friburgo, para controle de frequência, gestão de escala de plantão e gestão de controle de férias, atendendo todas as exigências do Termo de Referência do Edital e demais anexos, a ser implantado em até 30 (trinta) dias	Próprio/ Próprio	Serv.	01	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:045143419
67

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=26182271000107, OU=Videoconferencia, OU=
Certificado PF A1, CN=CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.10.29 11:28:16-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

02	A presente contratação visa à locação de software – Serviço de licenciamento de uso e locação de software de GESTÃO DE SISTEMA DE PONTO, integrado com GESTÃO DE ESCALA DE PLANTÃO e GESTÃO DE CONTROLE DE FÉRIAS, via web. A solução deverá incluir migração de dados, parametrização, implantação, configuração, manutenção da base de dados do sistema em servidor <i>web service</i> tipo nuvem, atualização do aplicativo, suporte técnico, disponibilização de 237 terminais coletivos para marcação de ponto, do tipo totem, e/ou outro com a mesma funcionalidade, por meio de Comodato, com valores mensais e valor total para 5 (cinco) anos, conforme especificações a serem validadas por meio do Estudo Técnico Preliminar	Rep: Evo/ Evo Facial 40 Software: Próprio/ Próprio	Anos	05	R\$ 437.800,00	R\$ 2.189.000,00
03	Treinamento para operacionalização do sistema <i>software</i> .	Próprio/ Próprio	Serviço	01	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
04	Instalação dos terminais coletivos para marcação de ponto, do tipo totem, e/ou outro com a mesma funcionalidade.	Próprio/ Próprio	Serviço	01	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Valor total						R\$ 2.234.000,00

Valor total R\$ 2.234.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais).

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco: Banco do Brasil 001 Agência: 0859-1 C/C: 35207-1 localidade : Marechal Cândido Rondon – PR WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias** corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Múltipla v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferência, OU=Certificado PF A1,
CN=CARLOS EDUARDO ZANQUETTA,
CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.10.29 11:28:04-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Marechal Cândido Rondon-PR, 29 de outubro de 2025

WorkServ. Desenvolvimento e
Comércio de Softwares.Ltda
Rua São Paulo,909-Sala.601 6ºAndar
Marechal Cândido Rondon-PR
CNPJ 10.786.517/0001-01 I.E. 90478123-10
Fone(45) 3254-0570

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:0451434
1967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferencia,
OU=Certificado PF A1, CN=CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.10.29 11:27:47-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo
Sócio Administrador
RG nº 7.500.065-0 SESP-PR
CPF nº 045.143.419-67

DECLARAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.120/2025**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.784/2025****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DO SISTEMA DE PONTO EM NUVEM DOS SERVIDORES PÚBLICOS, possibilitando o controle de frequência de entrada e saída, Gestão de Escala de Plantão e Gestão de Controle de Férias, com fornecimento do software, cadastro de banco de dados com todos os servidores públicos existentes, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, suporte técnico, para atender as necessidades da Subsecretaria de Recursos Humanos, pelo período de 05 (cinco) anos.

A empresa WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.786.517/0001-01, sediada à Rua São Paulo, nº 909, Sala 601, 6º Andar, Ed. Com. Espelho das Águas, Centro, em Marechal Cândido Rondon – PR, CEP 85.960-142, telefone (45) 3254-0570 ou (45) 99970-7295, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo, portador da Carteira de Identidade nº 7500065-0 SESP-PR e do CPF nº 045.143.419-67, Sócio Administrador, participante do Pregão referenciado, **APRESENTA**, sob as penas da lei, detalhamento dos custos da proposta de preços enviada para o já citado pregão:

ITEM	DESPESAS + LUCRO	PERCENTUAL APLICADO	REPRESENTATIVIDADE NO PREÇO
1	SALÁRIOS + ENCARGOS	16,80%	R\$ 375.312,00
2	IMPOSTOS	24,5%	R\$ 547.330,00
3	DESPESAS ADMINISTRATIVA	8,65%	R\$ 193.241,00
4	PRODUTOS E INSUMOS	19,23%	R\$ 429.598,20
5	LUCRO	30,82%	R\$ 688.518,80
	TOTAL	100%	R\$ 2.234.000,00

Declaramos que com base na composição detalhada de custos e análise técnica da operação, informamos que os preços ofertados são plenamente exequíveis e incluem todas as despesas, diretas e indiretas, relacionadas ao presente objeto. Isso abrange os custos administrativos, impostos, seguros e taxas. O preço proposto contempla todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, além do transporte de material.

Declaramos também que os valores ofertados se encontram dentro dos valores praticados no mercado por nossa empresa, considerando estrutura operacional já instalada, o que reduz custos fixos, contratos com demais clientes com condições semelhantes, eficiência administrativa e tecnológica, resultando em menor custo operacional e, mão de obra própria/experiente, com produtividade comprovada; conforme Notas Fiscais e/ou contratos anexos.

Declaro, para os devidos fins, que os valores apresentados para a elaboração da planilha de exequibilidade não são exatamente iguais aos valores originais, mas são **muito semelhantes**, havendo apenas pequenas diferenças decorrentes do processo de **distribuição e arredondamento proporcional dos percentuais aplicados sobre o valor total**.

A título de comparação, consideraremos os valores do Item 2 do presente processo, multiplicados pelo quantitativo máximo de equipamento que poderão ser fornecidos por mês (237 un): R\$ 153,93 se torna o valor mensal unitário, por equipamento, incluso o software.

Ainda sobre os valores, será possível observar que o contrato com a Prefeitura de Toledo – PR, contempla valor a parte para a instalação e treinamento, sendo para esse serviço, cobrado o valor de R\$ 10.997,60; Enquanto em contratos como com a Rio Saúde, não há valor a parte para instalações e treinamentos, estado esses serviços, inclusos no valor pago mensalmente.

Ressalto que tais diferenças **não comprometem a representatividade dos dados** nem a coerência dos cálculos apresentados, mantendo-se a fidelidade global do valor total e das proporções estabelecidas.

- 1- **Prefeitura Municipal de Toledo – PR:** locação de equipamento e software, sendo valor mensal unitário por equipamento, incluso o software, de R\$ 217,73;
- 2- **Rio Saúde - Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A:** locação de equipamento e software, sendo valor mensal unitário por equipamento, incluso o software, de R\$ 121,91;
- 3- **Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba – PR:** locação de equipamento e software, sendo valor mensal unitário por equipamento, incluso o software, de R\$ 92,75;
- 4- **Prefeitura Municipal de Charqueadas – RS:** locação de equipamento e software, sendo valor mensal unitário por equipamento, incluso o software, de R\$ 140,00;
- 5- **Prefeitura Municipal de Paraibuna - SP:** locação de equipamento e software, sendo valor mensal unitário por equipamento, incluso o software, de R\$ 158,33;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Marechal Cândido Rondon - PR, 29 de outubro de 2025.

WorkServ. Desenvolvimento e
Comércio de Softwares.Ltda
Rua São Paulo,909-Sala.601 6ºAndar
Marechal Cândido Rondon-PR
CNPJ 10.786.517/0001-01 I.E. 90478123-10
Fone(45) 3254-0570

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
67
Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo
Sócio Administrador
E-mail: contratos@binartech.com.br
Telefone: (45) 3254-0570 ou (45) 99970-7295

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.10.29 14:12:34-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

**CONTRATO Nº 0529/2023**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TOLEDO** e a empresa **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA**, na forma abaixo.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Raimundo Leonardi nº 1586, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.806/0001-88, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG nº 3.484.856-4 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 483.580.029-04, pela Sra. MARLI GONÇALVES COSTA, na condição de Secretária da Educação, de acordo com a Portaria nº 320, de 8 de junho de 2022, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, nº 1665, Jardim La Salle, neste Município de Toledo, Estado do Paraná, portadora da CI/RG sob nº 4.117.063-8/SSP/PR e do CPF/MF nº 575.288.889-15, Sra. GABRIELA ALMEIDA KUCHARSKI RAVACHE, na condição de Secretária Designada da Saúde, de acordo com a Portaria nº 15, de 1º de janeiro de 2021, residente e domiciliada à Rua Bezerra De Menezes, nº 404, Jd. Pancera, CEP: 85.902-200, neste Município de Toledo, Estado do Paraná, portadora da CI/RG nº 141798790 e inscrita no CPF/MF nº 014.048.690-93 e pela Sra. MARTA FATH, na condição de Secretária de Recursos Humanos, de acordo com a Portaria nº 14, de 1º de janeiro de 2021, residente e domiciliada na Rua Santo Campagnolo, nº 2178, Vila Industrial, CEP: 85.905-030, neste Município de Toledo, Estado do Paraná, portadora da CI/RG nº 5.857.637.9 e do CPF/MF nº 049.650.929-29.

CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua São Paulo, nº 909 – Sala 601, 6º andar, Edifício Comercial Espelho das Águas - CEP: 85.960-000, Bairro: Centro, Marechal Cândido Rondon/PR, Fone: 45 3254-0570, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 10.786.517/0001-01, e-mail: contratos@binartech.com.br / administrativo@binartech.com.br, neste ato representada pelo **Sr. CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO**, Sócio Administrador, residente e domiciliado na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, portador da Carteira de Identidade nº 7.500.065-0 SESP/PR e do CPF nº 045.143.419-67.

CLÁUSULA I – OBJETO

Contratação de empresa para locação de software para gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade, locação de equipamentos para registro (hardware) e leitura biométrica, serviços de instalação e manutenção dos equipamentos, implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, suporte técnico, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas, evolutivas e as que vierem ser exigidas pela legislação, para utilização da Prefeitura do Município de Toledo-Pr, e ainda, acolher todas as especificações mínimas detalhadas neste Termo de Referência, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme a seguir:



ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	47143	Hora técnica para customização e desenvolvimento de software	PROPRIO	HT	500,00	127,20	63.600,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	43691	Implantação de sistema, conversão de dados, treinamento.	PROPRIO	UN	1,00	10.997,60	10.997,60
LOTE: 001 - Lote 001	3	50765	Licença de uso para registro do controle de assiduidade via mobile	PROPRIO	UN	6.000,00	2,00	12.000,00
LOTE: 001 - Lote 001	4	50764	Locação de equipamento para registro e leitura biométrica, com suporte e manutenção	HENRY PRIMME SF ACESSO	UN	4.320,00	133,70	577.584,00
LOTE: 001 - Lote 001	5	50763	Locação de software para gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade com suporte e manutenção	PROPRIO	MES	24,00	9.342,10	224.210,40
TOTAL								888.392,00

CLÁUSULA II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666/93, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico nº 69/2023**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA III - VALOR

O valor aprovado para o objeto é de **R\$ 888.392,00 (Oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais)**, denominado valor contratual.

Parágrafo Único

Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
8200	09.003.12.365.0025.6087	107	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
8190	09.003.12.365.0025.6087	104	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
6760	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
7220	09.002.12.365.0024.6082	107	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
7210	09.002.12.365.0024.6082	104	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
6740	09.002.12.361.0024.6080	103	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
7200	09.002.12.365.0024.6082	103	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13690	14.002.10.301.0040.2152	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15970	14.002.10.302.0042.2163	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
16350	14.002.10.302.0042.2164	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
15410	14.002.10.302.0042.2161	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
15650	14.002.10.302.0042.2162	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
15960	14.002.10.302.0042.2163	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16920	14.002.10.304.0043.2167	494	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
17440	14.002.10.305.0043.2169	494	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
16930	14.002.10.304.0043.2167	510	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16930	14.002.10.304.0043.2167	510	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
17420	14.002.10.305.0043.2169	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
3240	06.002.04.122.0013.2045	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício



3240	06.002.04.122.0013.2045	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
3240	06.002.04.122.0013.2045	0	3.3.90.40.57.00	Do Exercício
5880	09.002.12.122.0002.6074	104	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
5870	09.002.12.122.0002.6074	103	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
6760	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
7220	09.002.12.365.0024.6082	107	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
6740	09.002.12.361.0024.6080	103	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15650	14.002.10.302.0042.2162	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
16350	14.002.10.302.0042.2164	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
15970	14.002.10.302.0042.2163	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
16340	14.002.10.302.0042.2164	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
15640	14.002.10.302.0042.2162	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16930	14.002.10.304.0043.2167	510	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
17430	14.002.10.305.0043.2169	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16910	14.002.10.304.0043.2167	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
8200	09.003.12.365.0025.6087	107	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
7220	09.002.12.365.0024.6082	107	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
13230	14.002.10.122.0002.2149	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13220	14.002.10.122.0002.2149	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13220	14.002.10.122.0002.2149	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13710	14.002.10.301.0040.2152	494	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13690	14.002.10.301.0040.2152	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16920	14.002.10.304.0043.2167	494	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
16910	14.002.10.304.0043.2167	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
8170	09.003.12.365.0025.6087	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
5870	09.002.12.122.0002.6074	103	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
6760	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
7210	09.002.12.365.0024.6082	104	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
7200	09.002.12.365.0024.6082	103	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
7190	09.002.12.365.0024.6082	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13700	14.002.10.301.0040.2152	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
15960	14.002.10.302.0042.2163	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
17440	14.002.10.305.0043.2169	494	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
17430	14.002.10.305.0043.2169	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16900	14.002.10.304.0043.2167	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
8180	09.003.12.365.0025.6087	103	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
5880	09.002.12.122.0002.6074	104	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13710	14.002.10.301.0040.2152	494	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15970	14.002.10.302.0042.2163	303	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16340	14.002.10.302.0042.2164	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15640	14.002.10.302.0042.2162	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15640	14.002.10.302.0042.2162	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
17440	14.002.10.305.0043.2169	494	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16910	14.002.10.304.0043.2167	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
17430	14.002.10.305.0043.2169	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
8200	09.003.12.365.0025.6087	107	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
8190	09.003.12.365.0025.6087	104	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
8180	09.003.12.365.0025.6087	103	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
6760	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
6750	09.002.12.361.0024.6080	104	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13230	14.002.10.122.0002.2149	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13700	14.002.10.301.0040.2152	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
16350	14.002.10.302.0042.2164	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício



15650	14.002.10.302.0042.2162	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
17440	14.002.10.305.0043.2169	494	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
16930	14.002.10.304.0043.2167	510	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
16900	14.002.10.304.0043.2167	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
17420	14.002.10.305.0043.2169	0	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
8200	09.003.12.365.0025.6087	107	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
8170	09.003.12.365.0025.6087	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
7220	09.002.12.365.0024.6082	107	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
6750	09.002.12.361.0024.6080	104	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13690	14.002.10.301.0040.2152	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16350	14.002.10.302.0042.2164	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
15970	14.002.10.302.0042.2163	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
15410	14.002.10.302.0042.2161	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
15410	14.002.10.302.0042.2161	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16340	14.002.10.302.0042.2164	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16340	14.002.10.302.0042.2164	0	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
15960	14.002.10.302.0042.2163	0	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
16920	14.002.10.304.0043.2167	494	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16920	14.002.10.304.0043.2167	494	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
17430	14.002.10.305.0043.2169	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
17420	14.002.10.305.0043.2169	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16900	14.002.10.304.0043.2167	0	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
7190	09.002.12.365.0024.6082	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13710	14.002.10.301.0040.2152	494	3.3.90.40.01.00	De Exercícios Anteriores
13710	14.002.10.301.0040.2152	494	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
13700	14.002.10.301.0040.2152	303	3.3.90.40.01.00	Do Exercício
13700	14.002.10.301.0040.2152	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
13690	14.002.10.301.0040.2152	0	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
15410	14.002.10.302.0042.2161	303	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
15640	14.002.10.302.0042.2162	0	3.3.90.40.06.00	De Exercícios Anteriores
16910	14.002.10.304.0043.2167	303	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
16900	14.002.10.304.0043.2167	0	3.3.90.40.06.00	Do Exercício
17420	14.002.10.305.0043.2169	0	3.3.90.40.01.00	Do Exercício

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1. O pagamento dos Itens 1 e 2 somente será autorizado mediante a comprovação da conclusão do serviço, em até 15 dias. Para tanto, o Departamento de Tecnologia da Informação deverá oficializar, através da emissão do “Termo de Finalização de Serviços”, com a emissão da Nota Fiscal pela contratada, tendo em vista o disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, informando:

- a) Número do Contrato
- b) Nome e assinatura do servidor da Prefeitura que acompanhou o serviço.
- c) Nome e assinatura do Fiscal Técnico do Contrato.

2. O pagamento do "Item 2" somente será autorizado após a comprovação do término da implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, validação e treinamento. Para tanto, o Departamento de Tecnologia da Informação deverá oficializar, através da emissão do Termo de Finalização de Serviços, e o seu pagamento será em **parcela única**.

3. O pagamento referente a hora técnica, "Item 1", está vinculado à solicitação formal emitida pelo Departamento de Tecnologia da Informação, de acordo com a área demandante, não implicando na execução plena das horas contratadas. O pagamento somente será autorizado mediante a comprovação da **execução do mesmo**.



4. Quanto ao "Item 5", referente a locação de software, com parcelas mensais, o seu início de pagamento se dará a partir da data de sua implantação/utilização.

5. No "Item 4", referente a locação de equipamento para registro e leitura biométrica, será vinculado à solicitação formal, na medida em que houver a necessidade ou o conserto ser inviável ao erário, poderá ser solicitado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, de acordo com a Secretaria de Recursos Humanos (área demandante). O pagamento somente será autorizado mediante o pleno funcionamento e pela quantidade instalada. Serão locados logo no início do contrato: 115 unidades.

6. No "Item 3", referente a Licença de uso para registro do controle de assiduidade via mobile (para smartphone), será vinculado à solicitação formal emitida pelo Departamento de Tecnologia da Informação, de acordo com a Secretaria de Recursos Humanos (área demandante). O pagamento somente será autorizado mediante o pleno funcionamento e pela quantidade instalada conforme a demanda.

7. A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, até o 3º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o Relatório Informativo sobre o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço ou SLA, que deverá constar as seguintes informações:

- Número do chamado
- Descritivo do chamado (para identificação do assunto)
- Classificação (suporte, correção, inovação, inovação legal, etc)
- Prioridade (alta, média, baixa, programada)
- Data e hora abertura do chamado
- Data e hora fechamento do chamado ou em estado de "paralisados/suspensos"
- Tempo de atendimento (em horas) e o total de tempo excedente por prioridade.
- Justificativa (caso necessário)

7.1 Após avaliação do Relatório Informativo em verificação do Acordo de Nível de Serviço (SLA) praticado e acordado, caso haja descumprimento, a CONTRATANTE poderá aplicar glosa na fatura do mês subsequente.

8. A glosa será aplicada em virtude da falta de cumprimento do SLA contratado.

- Não serão aplicadas glosas durante os primeiros 90 dias após assinatura do contrato, por se tratar de período de adaptação contratual.
- Para cada chamado não atendido será aplicada a glosa conforme a seguir:

PRIORIDADE	CONCLUÍDO FORA DO PRAZO	NÃO CONCLUÍDOS E FORA DO PRAZO
Alta	$[(0,0003 * VM) * THEA]$	$[(0,0006 * VM) * THEA]$
Média	$[(0,0002 * VM) * THEM]$	$[(0,0004 * VM) * THEM]$
Baixa	$[(0,0001 * VM) * THEB]$	$[(0,0002 * VM) * THEB]$
Programada	$[(0,0004 * VM) * THEP]$	$[(0,0008 * VM) * THEP]$

VM = Valor Mensal pago a Contratada

Total de horas que excedeu até a conclusão do chamado, conforme o SLA acordado, considerando somente o valor da hora e desconsiderando os minutos, como segue:

THEA = Total de Horas Excedentes para chamados de prioridade Alta

THEM = Total de Horas Excedentes para chamados de prioridade Média

THEB = Total de Horas Excedentes para chamados de prioridade Baixa

THEP = Total de Horas Excedentes para chamados de prioridade Programada

- Chamados que estão em aberto no momento da geração do Relatório Informativo, serão contabilizados no mês seguinte.
- Chamados não concluídos a mais de 60 dias de sua abertura, ou seja, que não foram encerrados, e ainda fora do prazo, incidirá uma multa cumulativa de 1% do valor mensal por chamado não concluído, informado na glosa do mês subsequente.
- Caso haja o encerramento do chamado de maneira forçada, sem o devido atendimento por parte da CONTRATADA, este será considerado não concluído, podendo incidir em multa.



- f) Fica estabelecido que a soma das glosas previstas no exposto acima, a serem aplicadas pela CONTRATANTE, fica limitada ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) do total do faturamento do mês, a ser aplicado na fatura subsequente.
 - g) A aplicação de glosa não limita a aplicação das sanções administrativas conforme a Lei nº 8.666/93 previstas em contrato.
 - h) A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar Relatório Informativo dos serviços.
 - i) O fiscal técnico do contrato, será responsável por encaminhar à CONTRATADA a Notificação Prévia dos pedidos não acatados, sobre o cumprimento ou não dos níveis mínimos de serviços e eventuais glosas a serem deduzidas do faturamento, e esta deverá apresentar o contraditório e sua defesa em até 3 (três) dias úteis. Caso não ocorra a manifestação de contestação de glosas neste período, será interpretado que a mesma estará de acordo.
 - j) A análise da contestação será realizada pelo fiscal técnico de contrato juntamente com o Diretor do Departamento Administrativo e a Secretária de Recursos Humanos, salvo melhor juízo, em 5 (cinco) dias úteis.
9. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária de titularidade da Contratada, sendo vedada a emissão de títulos ou boletos pela mesma. Na nota fiscal deverá constar indicação do número do empenho correspondente ao objeto.
10. Exigências:

- a) Reter 11% ou 3,5% (desoneração da folha) da mão de obra para INSS ou apresentar amparo legal para abatimentos ou para a não retenção (observando as disposições da IN RFB 2110/2022 e demais normas aplicáveis).
- b) Usar como base de cálculo para o ISS 100% sobre o valor dos serviços, ou apresentar amparo legal para abatimentos ou para a não retenção (observando as disposições da Lei Complementar nº 116/2003 e demais normas aplicáveis).
- c) Reter 1,5% ou 1% de IR sobre o valor total da fatura ou apresentar amparo legal para abatimentos ou para a não retenção (observando as disposições do Decreto nº 9.580/2018 e demais normas aplicáveis).
- d) Seguir as instruções Normativas da Secretaria de Fazenda e suas alterações.

CLÁUSULA V - DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO

- 1. O prazo de execução será de 24 (vinte e quatro) meses, contar da data de assinatura do contrato.
- 2. O prazo de vigência será de 26 (vinte e seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo o mesmo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos conforme previsão constante no artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, havendo interesse das partes.
- 3. Será possível a prorrogação do prazo contratual, desde que protocolado requerimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento do prazo contratual supracitado.
- 4. Nos primeiros 12 (doze) meses de contrato, o preço será fixo e não haverá reajuste, sendo que, decorrido este prazo, o preço será ser reajustado pela variação do INPC Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE, no período, desde que solicitado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VI - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

- 1. O serviço de implantação deverá ocorrer conforme Cronograma de Implantação, contando a partir da data de assinatura do contrato, com a instalação física do sistema no Datacenter da Prefeitura, no



Departamento de Tecnologia da Informação, localizado no Paço Municipal, Rua Raimundo Leonardi, nº 1586, com o suporte e treinamento descentralizados nos PAGs.

- a) A CONTRATANTE poderá aguardar o momento propício, mais favorável à Administração Municipal, para a instalação dos itens de entrega.
- b) Os requisitos considerados específicos, deverão ser entregues conforme cronograma.
- c) A CONTRATANTE deverá ofertar as condições mínimas exigidas descritas no item “DAS CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO” e ainda as funcionalidades descritas a seguir, que compõe entregas obrigatórias conforme estabelecido em Cronograma.

2. Relatórios Específicos:

- a) Relatório que demonstre o quanto uma pessoa está se afastando do serviço público, informando seus atrasos, afastamentos médicos, faltas, dispensa sem remuneração, dentro de um determinado período.
- b) Relatório que demonstre por PAG, o quanto as pessoas estão se afastando do serviço público, informando seus atrasos, afastamentos médicos, faltas, dispensa sem remuneração, dentro de um determinado período.
- c) Relatório em ordem cronológica de registro da coleta realizada, que possibilite identificar adulteração de horário, ou seja, auditoria do ponto.
- d) Relatório do Espelho Ponto parametrizável por período, com sua separação mostrando por folha A4, mensalmente.
- e) O sistema deverá fornecer relatório de horas extras geradas em determinado período classificando-as em "50%", "100%" e "não autorizadas" com a modalidade sintético (relacionando todos os servidores e totalizando as horas por servidor) e analítico (por servidor especificando os dias que foram realizados).
- f) O sistema deverá fornecer um relatório que informe os servidores que fazem uso da tolerância em excesso, somando a quantidade de tolerância utilizada no mês, entrando após o horário estipulado e saindo antes, por exemplo: entrando 8:05 e saindo 11:55, entrando às 13:35 e saindo 17:25, calculando o valor total utilizado no mês. Comparar horário previsto do realizado, para identificar o uso em excesso da tolerância legal.
- g) Relatório ANALÍTICO do banco de horas (possibilitando a exportação em PDF e CSV) contendo os seguintes campos: Matrícula, Nome do servidor, Saldo inicial, crédito, débito, pagamento, saldo final, cargo ocupado, nome do departamento, código da secretaria a qual pertence.
- h) Relatório SINTÉTICO do banco de horas (possibilitando a exportação em PDF e CSV) contendo os seguintes campos: Matrícula, Nome do servidor, Saldo final, cargo ocupado, nome do departamento, código da secretaria a qual pertence.
- i) Relatório RESUMIDO do banco de horas (possibilitando a exportação em PDF e CSV) deverá trazer as totalizações mensais por secretaria, informando o percentual de acréscimo/redução.
- j) Possuir relatórios dos servidores ausentes e presentes na Prefeitura Municipal em determinado período.

3. Módulo Mobile:

- a) Ofertar que para os registros feitos através do aplicativo, traga na impressão do Relatório de Inconsistências os locais nominados e cadastrados dos PAGs que tiveram marcações naqueles locais, identificando quando a marcação está fora dos locais cadastrados.
- b) Possibilitar o cadastro de cerca virtual com a definição de raio de abrangência em metros, sendo possível a Prefeitura cadastrar os PAGs existentes e a atribuição por colaborador dos PAGs possíveis para efetuar o registro de sua marcação.
- c) Possibilitar o relatório das inconsistências de registro quando ficar fora das cercas virtuais determinadas, ou seja, quando foram realizados os registros fora do perímetro informado.



- d) Quando os registros forem realizados sem internet, quando o colaborador acessar uma rede móvel os registros serão enviados automaticamente, necessitando apenas que o aplicativo seja aberto.
- e) Através do sistema de gestão deverá ser possível identificar se o registro foi realizado através de um equipamento ou de um aplicativo de celular.
- f) Possibilitar a exibição no mapa dos registros em sua sequência de marcação de ponto na data específica.
- g) Informar ao gestor do sistema se algum registro foi realizado através de GPS Fake (falso)

4. Módulo WEB:

- a) Fornecer via aplicativo para smartphone ou em ambiente responsivo, a possibilidade do servidor fazer a consulta das marcações da Folha Espelho Ponto (diária e mensal);
- b) Em ambiente WEB, possibilitar a Impressão do Relatório de Inconsistências (anexo "D");
- c) Em ambiente WEB, possibilitar a Impressão da Folha Espelho Ponto (anexo "C");
- d) Fornecer via aplicativo para smartphone ou em ambiente responsivo, a possibilidade do servidor/funcionário registrar nas marcações que exijam uma justificativa diante de uma inconsistência de registro do ponto, que serão submetidas ao aceite ou não da instância superior.
- e) Módulo de BI: disponibilizar a criação de visões de dados em formato de gráficos -Dashboards (análises para consultas) de: Absenteísmo, Afastamentos, Desligamentos, Horas Extras, Irregularidades, Turnover, Total de Horas Trabalhas, Funcionários com jornada efetiva/realizada, Relógios que não puderam coletar a digital.

5. Funcionalidades específicas:

- a) O sistema deverá permitir lançar a validação da autorização da hora extra, antecipadamente e posteriormente a data de realização da mesma. Ou seja, permitir lançamento de horas extras, com matrícula e data, baseado no formulário do TAC, que contém data, hora e pessoas que estão autorizadas a realizar horas extras. As horas poderão ser autorizadas com certa antecedência e as demais, serão interpretadas como horas não autorizadas, necessitando de uma nova liberação.
- b) O sistema deverá permitir por servidor/colaborador, a seleção das horas extras que serão pagas ao final do período (mês), mantendo as demais horas em banco de horas conforme os percentuais previstos no acordo coletivo. Por exemplo: o Servidor "x" realizou horas extras durante vários dias da semana do mês inteiro, mas somente as horas extras geradas nas quintas feiras serão pagas. Outro exemplo, o servidor desempenha o trabalho para duas secretarias, e o pagamento das horas é dividido por centro de custo, portanto as horas geradas podem ser autorizadas de acordo com a verba destinada, então, no mesmo mês, o colaborador pode receber o pagamento das horas apenas da secretaria que tiver recurso previsto, as demais horas serão compostas no banco, e para selecionar quais serão pagas, o sistema deve mostrar opções para troca de evento, de banco de horas para pagamento em folha.
- c) A contratada deverá ofertar a criação de uma pasta funcional, onde deverão constar os arquivos do Controle Mensal de Assiduidade, bem como os arquivos anexados (PDF) posteriores de inclusão/remoção do saldo de banco de horas extras, de forma que estes possam ser exportados futuramente para outro sistema. Em outras palavras, colocar documentos relacionados a servidores, exemplo de autorizações de pagamentos retroativos, que após assinados irão para o arquivo e serão dificilmente encontrados caso necessário.

**6 . Cronograma de Implantação:**

ITENS	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO (EM SEMANAS)																			
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Serviço de entrevista, processamento, conversão de dados, checagem dados	X	X	X	X																
Serviço de homologação, parametrização			X	X	X	X														
Checagem e testes de sincronização dos relógios	X	X	X	X	X	X	X	X												
Treinamentos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Validação do arquivo gerado pelo Sistema de Ponto (importação/exportação)	X	X	X	X																
Testes das rotinas de backup e restauração e registros de LOG					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Entrega de 100% de todas as funcionalidades descritas no item "Das Características da solução" referente ao software para gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade											X	X								
8.2. Relatórios Específicos													X	X	X	X				
8.3. Módulo Mobile																	X	X	X	X
8.4. Módulo WEB																	X	X	X	X
8.5. Módulo de BI																	X	X	X	X
8.6. Funcionalidades específicas					X	X	X	X												
Entrega/instalação dos equipamentos locados para registro e leitura biométrica (23 unidades iniciais)			X	X	X	X														

CLÁUSULA VII - SUPORTE TÉCNICO E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - SLA**1. Contato com o Suporte Técnico ou SAC.**

- A contratada deverá ofertar horário de atendimento de segunda à sexta das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.
- A contratada deverá informar número de telefone fixo e celular para contato.

2. Registro dos atendimentos de suporte ou chamados

- Todos os atendimentos de suporte, ou chamados, deverão gerar um número de registro, que passará integrar uma fila de resolução. Caso o chamado seja aberto através de telefone, deverá ser informado ao usuário o número do mesmo. Toda a tramitação de um chamado deverá ser registrada e um e-mail de aviso deverá ser disparado ao usuário para monitoramento.
- O site para registro dos chamados será através do Portal: suporte.toledo.pr.gov.br, ou no portal da contratada caso assim seja melhor para o controle dos chamados, conforme análise do Departamento de Tecnologia da Informação.
- Os chamados serão registrados no referido Portal de Chamados disponibilizado pela Prefeitura, que repassará um usuário de acesso para a CONTRATADA. Quando for encaminhado um chamado para atendimento, a CONTRATADA receberá a notificação por e-mail



automaticamente.

- d) Nos casos onde os pedidos de suporte não sejam registrados pelo Portal de Chamados, deverá ser orientado para que realizem o registro.
- e) Deverá ser possível controlar as informações exigidas no **Relatório Informativo** para verificação do Acordo de Nível de Serviço (SLA).
- f) Caso o técnico da CONTRATADA precise se deslocar até algum PAG para atendimento de demandas in-loco, essas despesas de deslocamento serão custeadas pela empresa CONTRATADA.

3. Atendimento do chamado

- a) Para atendimento dos chamados, deverá ser informado aos Técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação sobre liberação de portas e endereços para acesso remoto da CONTRATADA. Acessos remotos deverão ser através de VPN definida pela CONTRATANTE, e não serão aceitos outros softwares (como: Teamviewer, etc).
- b) O fator tempo de atendimento é fundamental para o andamento dos trabalhos. Neste sentido, a fim de priorizar atendimentos de maior urgência, o tempo de retorno é definido conforme classificação de prioridade, que leva em conta os motivos de registro de um chamado. Esta prioridade e a classificação é definida na abertura, podendo passar por 3 (três) instâncias.

4. As instâncias

- a) A primeira instância ocorre no momento que o usuário abre o chamado e o classifica. Caso este não o faça, caberá a instância seguinte realizar a classificação.
- b) A segunda instância é quando o técnico da CONTRATADA analisa o chamado e o classifica, resolvendo o mesmo.
- c) A terceira instância existirá caso haja divergência entre as prioridades e classificações. Caberá ao Fiscal Técnico de Contrato reavaliar a classificação, justificando-a junto ao suporte da CONTRATADA, e ainda, caso necessário, entrar em contato para alinhamento da classificação e prioridade.

5. Classificação dos chamados

Os chamados, ou solicitações de atendimento registradas podem ser classificados (tipo do pedido) como:

- a) Suporte: Classificação enquadrada quando não há atuação da equipe de desenvolvimento na resolução do problema, ou seja, corresponde às dúvidas operacionais do sistema resolvidas pela área de Suporte. Neste caso, não há faturamento para com o cliente solicitante.
- b) Correção: Classificação destinada a problemas no programa em questão. Os erros não se restringem apenas àqueles disparados em tela e explícitos ao usuário, mas também contemplam usabilidade, manutenções necessárias ao serem identificados erros em processos já validados anteriormente, alterações não solicitadas em estruturas previamente definidas, falha na análise da regra de negócio, processos inadequados, questões de segurança, possíveis bugs, incompatibilidades técnicas a sistemas operacionais, servidores de aplicação, navegadores, etc. Neste caso, não há faturamento para com o cliente solicitante.
- c) Inovação: Funcionalidade nova requerida pelo cliente, não prevista em contrato, mas que agregará valor a todos os clientes do fornecedor do software ao produto. Complementando, novas melhorias realizadas na aplicação referente ao desempenho, funcionalidades, atualizações de linguagem de programação e/ou conversão de outras versões do sistema, excetuando novos módulos de aplicação não descritos no item “DAS CARACTERÍSTICAS DO SOFTWARE”. Neste caso, não há faturamento para com o cliente solicitante.
- d) Inovação Legal: Novas funcionalidades que atendam às exigências que regem a legislação municipal, estadual e federal, trazendo a legalização do software, incluindo as requeridas pelo



Ministério Público (Termos de Ajuste de Conduta - TACs) e pelo governo através do e-Social. Neste caso, não há faturamento para com o cliente solicitante. Com destaque ao TAC 05/2018 (<https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/tac-05-2018caditivo.pdf>)

e) Implementação/melhoria: Funcionalidade nova requerida pelo cliente, não prevista em contrato e de caráter exclusivo, **uma customização específica**. Como este tipo de rotina não agregará valor a todos os clientes da contratada, trata-se de uma inovação que será faturada em horas técnicas.

f) Substituição de peça/equipamento: Solicitação de substituição de peça/equipamento. Neste caso, há faturamento conforme valores estabelecidos no edital. Se houver recorrência por mais de duas vezes consecutivas do mesmo problema, a contratada deverá arcar com os custos para seu conserto definitivo.

g) Treinamento: Chamado destinado a solicitação de treinamento.

6. Prioridade de atendimento e seus prazos

6.1 Consiste em classificar os chamados a fim de nortear prazo para primeiro atendimento e prazo para resolução/encerramento, considerando horas comerciais: de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30). A classificação das Prioridades de Acordos de Níveis de Serviços (SLA):

a) Prioridade Alta:

Trata-se de interrupção de serviços essenciais, ou seja, parada total do sistema, com a interrupção da utilização dos serviços, comportamento irregular grave ou dúvidas referentes a serviços essenciais que impossibilitem a utilização do sistema, porém a CONTRATANTE consegue operar, mesmo que com severas restrições, por meios manuais ou alternativos no próprio sistema.

Prazo para início atendimento...: 4 horas comerciais

Prazo para solução atendimento: 8 horas comerciais

Exemplos práticos:

- Cumprimento de prazo para exportação dos dados para cálculo da Folha de Pagamento.

- O relógio/equipamento que registra não está coletando a digital num determinado PAG.

c) Prioridade Média:

Trata-se de interrupção ou comportamento irregular do sistema, que apesar do defeito existem formas alternativas para que o usuário possa prosseguir com a continuidade do seu processo, mesmo afetando o trabalho de um determinado departamento ou usuário, mas possuem contingência.

Prazo para início atendimento...: 4 horas comerciais

Prazo para solução atendimento: 24 horas comerciais

Exemplos práticos:

- Erro na importação dos afastamentos.

d) Prioridade Baixa:

Trata-se de interrupção, defeito ou comportamento irregular, dúvidas referentes a serviços, que afetam o trabalho de um usuário mas que possuem contingência, bem como solicitações de melhorias nos serviços. Ou seja, significa que o defeito não impede o fluxo normal da execução da atividade ou processo, não geram prejuízos para a execução da funcionalidade.

Aqui se enquadram a maioria dos chamados, principalmente os classificados como "correção", ou seja, destinada a problemas no sistema, na usabilidade, etc.

Prazo para início atendimento: 4 horas comerciais

Prazo para solução atendimento: 40 horas comerciais

Exemplos práticos:

- Relatórios que trazem informações divergentes.

e) Prioridade Programada:

Tratam-se de inovações, implementações ou melhorias não previstas no contrato, como Termos de Ajustes de Condutas solicitadas pelo Ministério Público.

Prazos: conforme programação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não devendo exceder 45 dias para inicialização.



PRIORIDADE	Prazo para início de atendimento	Prazo para Conclusão
Alta	4 (quatro) horas comerciais	8 horas comerciais
Média	4 (quatro) horas comerciais	24 horas comerciais
Baixa	4 (quatro) horas comerciais	40 horas comerciais
Programada	7 dias	30 dias

6.2 Os prazos poderão ter seus tempos de atendimento paralisados/suspensos, quando a CONTRATADA necessitar de uma intervenção, esclarecimento ou o aceite da solução apresentada, por parte da CONTRATANTE, sendo retomados após ocorrer o andamento no chamado, com o esclarecimento ou registrando a intervenção ocorrida.

6.3 Os prazos poderão ser prorrogados desde que solicitados pela CONTRATADA e submetidos ao Fiscal Técnico de Contrato, mediante justificativa e aceitabilidade do mesmo.

7. A CONTRATADA deverá fornecer serviço de suporte nos locais e presencialmente sempre que necessário. Através de um profissional técnico treinado e qualificado pela contratada. O atendimento poderá ocorrer tanto na sede quanto em qualquer PAG da CONTRATANTE, até a resolução do chamado, durante todo o período contratual, de segunda à sexta, das 08h00 às 12h e das 13h30 às 17h30.

8. O técnico designado deverá seguir as normativas definidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação, bem como os usuários, senhas e direitos de acesso serão definidos pelo mesmo.

8.1 Os serviços de suporte técnico da CONTRATADA consistem:

a) No tratamento de falhas, problemas de “performance” (como: lentidão, problemas de login no sistema, etc) e “tuning” (melhoria), das configurações do sistema, dúvidas em geral, orientações técnicas sobre uso, configuração e instalação do sistema, sobre questões relacionadas à integração de dados e sistemas, sobre interpretação da documentação do sistema, além de apoio na recuperação de ambientes em caso de pane ou perda de dados, para a perfeita utilização dos sistemas e investigação de supostos bugs na ferramenta e suas correções, bem como os serviços de disponibilização de atualizações da versão do sistema produzidas que garantam a perfeita operacionalidade do sistema.

b) A garantia de atualização tecnológica que abrange:

a) Fornecimento de novas versões do software

b) Manutenções legais, preventivas e corretivas no local e remotas dos elementos que integram cada item, para correção de possíveis falhas, erros ou problemas de implementação.

c) Manutenções dos equipamentos de parede, ou relógio ponto, já existentes

c) Operação assistida e suporte contemplam:

a) Acompanhamento nas primeiras reuniões de análise da solução apresentada, para auxiliar na otimização da utilização do software tirando máximo proveito da ferramenta.

b) Apoio para otimização do uso das funcionalidades do software, durante a vigência do contrato.

c) Auxiliar na evolução da maturidade das práticas de gestão estratégica na municipalidade.

d) Realizar a manutenção e suporte dos equipamentos ofertados como locação sem ônus adicional para o município, como: peças, traslado, frete, mão-de-obra, etc.

e) Instalar os equipamentos no local determinado, como: fixação na parede, configuração e treinamento quando necessário.

f) Detectar os problemas tanto de hardware quanto de software relacionados a coleta do controle de assiduidade ofertando a solução

g) Emitir laudo para equipamentos da municipalidade, explanando o problema, encaminhado ao Departamento de TI, sugerindo sua substituição total ou de componentes para o seu perfeito funcionamento.



h) Garantir a restauração do backup do sistema implantado, bem como das unidades de coleta existentes (hardware de todos os PAGs), evitando o recadastramento ou reconfiguração dos dados a cada substituição.

i) Manter toda a solução de coleta de assiduidade em pleno funcionamento, evitando interrupções do serviço.

8.2 Durante o período do contrato, a assistência técnica e o suporte técnico do fornecedor serão prestados conforme as seguintes condições:

- a) Atendimento em horário comercial.
- b) Deve ser prestado no local caso não haja resolução remota, sem ônus de frete, hospedagem ou traslado.
- c) Deverá ser registrado através de Chamado Técnico e classificado conforme o Nível de Severidade.
- d) O tempo máximo para resolução de um problema técnico, deverá seguir a classificação dos níveis de severidade.

8.3 Caso necessário o deslocamento do técnico residente para a sede da CONTRATADA, as despesas serão custeadas pela mesma.

8.4 A qualquer tempo, a CONTRATANTE poderá solicitar a substituição do técnico indicado pela CONTRATADA, que demonstre incompatibilidade no desempenho das atividades, em relação à experiência, qualificação e conhecimento, caso não atendam as demandas da municipalidade. A substituição deve ocorrer em até 30 (dias).

CLÁUSULA VIII - CONDIÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA, dados, processos, fórmulas ou códigos a que tenha acesso para execução do objeto, devem ser utilizadas apenas para as finalidades previstas no CONTRATO, não podendo revelá-las ou facilitar sua revelação a terceiros. Quando da execução dos serviços, deverão ser tratadas como confidenciais por seus colaboradores, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

CLÁUSULA IX - DOS SERVIÇOS DE HORA TÉCNICA

1. A contratação tem por objetivo suprir uma necessidade concreta da Administração Pública, devendo estar adequadamente e previamente justificada.
2. As horas técnicas serão aplicadas na implementação de novas funcionalidades, customizações e modificações não previstas em contrato e de caráter exclusivo da Prefeitura de Toledo, não agregando valor aos demais clientes da contratada.
3. A CONTRATADA deverá fazer um levantamento do escopo, número de horas técnicas necessárias para realizar o desenvolvimento de novas funcionalidades e o cronograma sua implementação, após a solicitação por parte da CONTRATANTE.
4. O levantamento acima citado, deverá ser repassado em até 30 (trinta) dias após a solicitação formal pela CONTRATANTE. O início desse cronograma não poderá ultrapassar 180 dias desde o encaminhamento do mesmo pela CONTRATADA. O término do cronograma não poderá ultrapassar a vigência do contrato.
5. A CONTRATADA deverá apresentar o projeto da nova implementação com o escopo, com cronograma e levantamento do número de horas técnicas necessários, para ser aprovado pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Fiscal Técnico do Contrato, podendo ser questionado e haver readequações, até o consenso de ambas as partes.
6. Após aprovação do projeto da nova implementação, não poderão ser acrescidas novas horas técnicas para o desenvolvimento daquela funcionalidade, caso a CONTRATADA necessite de



mais horas, deverá arcar com o custo desse aumento. Caso não consiga cumprir o cronograma proposto, será aplicada glosa dos chamados de prioridade "baixa".

CLÁUSULA X - DAS CARACTERÍSTICAS DA SOLUÇÃO

1. A CONTRATADA deverá fornecer software para gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade com compatibilidade (de maneira integrada as importações/exportações de arquivos) com o sistema de Folha de Pagamento do atual fornecedor do sistema, a empresa Equiplano Sistemas.
2. O Sistema proposto deverá possibilitar o uso e ser totalmente compatível com os equipamentos (*hardware*) de registro e leitura biométrica atualmente em uso pela Prefeitura. Atualmente a Prefeitura conta com os seguintes equipamentos para realizar a leitura biométrica:
 - Equipamentos da marca HENRY e modelo Primme: 45 unidades
 - Leitores biométricos da marca Suprema (biomini) e Nitgen (geração I e III) que utilizam a interface USB: 89 unidades
 - PAGs que receberão os equipamentos locados logo no início do contrato: 23 unidades.
 - As quantidades acima mencionadas poderão sofrer alterações até a assinatura do contrato, devido a necessidade de adequações verificadas periodicamente diante da demanda diária.
3. O tempo de leitura da digital **não poderá ultrapassar a 6 segundos**, tanto para os equipamentos da marca Henry Primme atualmente em uso quanto para os equipamentos ofertados para locação.
4. Os módulos/sistema **não deverão ter limite de usuários**, atualmente contamos aproximadamente **4 mil colaboradores ativos** que precisam registrar a assiduidade, podendo variar cerca de 10%.
5. Realizar os serviços de instalação/com manutenção mensal, implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, suporte técnico, treinamento, atualizações de versão (*hardware*, *software* e *firmware*), que garantam as alterações corretivas, evolutivas e as que vierem ser exigidas pela legislação (municipal, estadual, federal e TACs), para utilização na Prefeitura do Município de Toledo-Pr.
6. Deverá garantir o funcionamento da solução ofertada como um todo, devendo realizar as ações necessárias a fim de manter seu perfeito funcionamento.
7. Todos os equipamentos cotados deverão ser novos e padronizados
8. Todos os chamados vinculados ao serviço que envolve o controle de assiduidade, serão atendidos pela CONTRATADA, repassados através da abertura de chamados com o SLA acordado. Em caso de problemas na rede lógica ou elétrica (responsabilidade do CONTRATANTE), o técnico da contratada deverá informar no andamento do chamado os testes realizados para detecção do problema antes do devido encaminhamento ao responsável.
9. A manutenção dos equipamentos próprios da Prefeitura, os problemas de *hardware* deverão ser identificados e relatados pela CONTRATADA, para avaliação do Departamento de TI e autorização, ou não, do reparo.
10. Nos locais onde receberão equipamentos locados, a CONTRATADA deverá substituir o mesmo em caso de problemas, evitando que o PAG fique sem a coleta de assiduidade.
11. No caso o software/*hardware* necessite uma chave/código de liberação, este procedimento deverá ser executado pela contratada durante toda a vigência do contrato sem a interrupção dos serviços.
12. Os módulos/sistema deverão ser instalados nos servidores disponibilizados no Datacenter da Prefeitura do Município de Toledo-PR.
13. Os módulos/sistema deverão ser Multiplataforma e funcionar com banco de dados free.
14. Os locais que serão atendidos pelos coletores de digital, também chamados de PAGs (Pontos de Acesso de Governo) estão no anexo "A", podendo sofrer alteração devido a demanda até a finalização do processo licitatório.



15. O navegador Chrome, que é o browser homologado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, este será considerado o navegador principal instalado nas máquinas dos usuários e as adequações necessárias para as versões atuais do navegador deverão ocorrer pelo preposto.
16. O sincronismo dos coletores com o sistema gerenciador deverá ocorrer diariamente e preferencialmente à noite, em horários fora do expediente.
17. Os IPs dos equipamentos serão fixos e repassados pelo Departamento de Tecnologia da Informação.
18. O Sistema deverá fornecer quais são os relógios que não sincronizaram durante a noite, ou seja, sem possibilitar a coleta das marcações.
19. Possibilitar via pen-drive para coleta quando o hardware ficar off-line, armazenando no mínimo 3 meses, com opção de filtro por período.
20. Possibilitar a criação de vários perfis de usuário.
21. A contratada deverá ser o proprietário do software ofertado, tendo em vista a implementação de customizações.
22. A contratada deverá executar a reinstalação do sistema quando necessário, solicitado pelo Departamento de Tecnologia da Informação.
23. O software deverá possuir Cadastro dos Funcionários com no mínimo os seguintes campos, com possibilidade de alterações, inclusões e exclusões, conforme nível de autorização:
 - Nome completo
 - Data de nascimento
 - CPF
 - R.G. (identidade)
 - PIS
 - Matrícula do servidor (8 dígitos)
 - Cargo
 - Lotação
 - Horário de trabalho
 - Hora extra (possibilitar configurações por setor ou individualmente, se é permitido ou não fazer a hora extra), em outras palavras, permissões individuais que informem se servidores estão ou não autorizados a fazer horas extras, exemplo, médicos estão autorizados e demais servidores necessitam de autorização....o sistema salva e processa os cálculos mas informa que são extras não autorizadas, necessitando de um documento assinado pelo superior para que elas sejam validadas, inicialmente todas vão para banco de horas, exemplos aleatórios, médicos são pagos em folha até o teto máximo liberado).
 - Opção para informar a categoria do funcionário, quanto a seu contrato, efetivo, comissionado, estagiário, etc.
24. Possuir mensagens sonoras e escritas, no momento do registro da coleta da digital, indicando o registro do mesmo.
25. Possuir recurso para impedir que a marcação original (importada do relógio), seja excluída durante as manutenções do ponto. Permitindo apenas, que a marcação original seja desconsiderada com uma justificativa e deixe de exercer influência sobre a apuração.
26. Permitir demonstrar as marcações apuradas no dia, acompanhada da informação se esta é original do leitor ou inserida manualmente. E permitir o acesso para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação.
27. Permitir a configuração de vários tipos de horários permitindo compensação dentro do mês.
28. Configuração de sobreaviso no cadastro do horário e lançamento e gestão de sobreavisos (somente caso a Prefeitura venha a implementar).
29. Permitir o lançamento/cadastro de:
 - aviso prévio e rescisão
 - lançamento de férias
 - cadastro de períodos de apuração do ponto



- cadastro das funções/cargos conforme o Plano de Cargos da municipalidade e seu organograma
 - feriados fixos, móveis e de ponto facultativo
30. Permitir a separação das horas por feriados, dias da semana, domingo e sábado, para qualquer tipo de hora cadastrada (opção para informar a separação das horas domingos, feriados, segunda a sexta e sábados, exemplo: domingo como DSR, sábado como DSNR).
 31. Permitir que as ocorrências de horas extras, dispensa sem remuneração, faltas, DSR Perdido, adicional noturno e demais ocorrências de folha possam gerar lançamentos para o sistema da folha de pagamento em uso pela Prefeitura.
 32. Permitir a parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas, intrajornada.
 33. Permitir o fechamento do período de apuração das ocorrências de forma geral e individual (individual para cálculo de rescisões, por exemplo: fechamento individual para pagamento de acerto, envio de arquivo para o Sistema da Folha de Pagamento, as horas que ele tenha armazenado no banco serão pagas).
 34. Possuir Controle de Tolerância entre entradas e saídas nos 4 (quatro) registros de entradas e saídas.
 35. O sistema deverá permitir o registro da assiduidade, mesmo fora do horário programado.
 36. Permitir a configuração de busca automática de horários alternativos, pré configurados, dentre os horários disponíveis para o servidor, ou seja, o sistema deve permitir a busca dos horários por nome ou descrição para facilitar a vinculação de horários já cadastrados aos servidores. Evitando o cadastro desnecessário de novos horários.
 37. Possuir controle de saldo de horas extras. No controle de saldo de horas extras, possibilitar as seguintes configurações: Somar para saldo, subtrair do saldo, Limite mensal de quantidade de horas extras, ou seja, o sistema vai contabilizar as horas extras mediante aprovação, porém vai informar situações que estão fora do estatuto, irregularidades com o limite de horas máximas previstas.
 38. Permitir a programação (Trocias Provisórias, com data de início e fim) de Escalas, Horários, Ponte.
 39. Deverá permitir a consulta de um resumo do saldo de banco de horas extras por PAGs.
 40. O sistema deverá permitir a possibilidade de cálculo da carga horária diária e também mensal. Sendo que nesta última o valor da carga horária poderá ser estipulada pelo gestor do sistema. O sistema deve permitir cadastro de carga horária por dia, por semana ou mês, atendendo diversos tipos de contrato de trabalho. Vincula um horário padrão, mas ele calcula semanalmente ou mensalmente.
 41. Permitir a padronização de cálculo de horas nas configurações diária e semanal, possibilitando utilização de diferentes percentuais de extras. Ou seja, tudo que exceder o mensal paga horas 50%, salvo exceções que serão tratadas, domingos e feriados.
 42. O sistema deverá permitir o pagamento de banco de horas extras, gerando um código de natureza específico para o pagamento no mês seguinte e outro código de natureza para pagamento em meses posteriores. Por exemplo: o Servidor "x" trabalhou 10 horas extras no mês de março, sendo estas não pagas no mês subsequente (abril), gerando assim 15 horas para o banco. Quando estas 15 horas forem pagas, as mesmas deverão ser exportadas com um código distinto do código usado para as horas extras pagas logo no mês seguinte. Complementando a explicação, por via de regra as horas extras são pagas na folha de pagamento do mês seguinte, as horas extras não pagas automaticamente sofrerão fator de acréscimo quando incluídas no banco de horas.
 43. Permitir o cadastro de regras de cálculo, por setor, lotação ou departamento.
 44. Permitir o cadastro de tipo de horas, com a opção para listar no espelho do ponto, por exemplo mostrar na Folha Espelho de Ponto se a hora é 100% ou 50%.
 45. Permitir o controle de revezamento de período a cada dia, semana ou mês. Por exemplo: guarda municipal que trabalha fixo 6 horas diárias, intercalando as folgas em sábados e domingos,



durante a semana não muda, só o final de semana.

46. O sistema deverá permitir as seguintes regras de cálculo:

- Roteiro de Cálculo Normal: utilizará como base a tabela de horário atribuída ao servidor em questão para apurar atrasos, faltas e horas extras. Por exemplo: deverá cumprir estritamente o horário das 8:00 - 12:00 e 13:30 até 17:30, como tolerância de 5 minutos de atraso a cada entrada e a cada saída.
- Roteiro de Cálculo Flexível: utilizará como base a carga horária presente na tabela de horário atribuída ao servidor em questão para apurar atrasos, faltas e horas extras, por exemplo: servidor que possui função gratificada deverá cumprir a carga horária estabelecida para o seu cargo, podendo variar os horários conforme necessidade da atividade atribuída, sendo este não necessariamente o horário da tabela, mas com somente 5 minutos de tolerância para jornada do dia.
- Roteiro de Cálculo Mensal: utilizará como base a tabela de horário atribuída ao servidor em questão para apurar atrasos, faltas e horas extras, porém utilizará o total mensal da soma das cargas horárias diárias. Por exemplo: médicos e plantonistas poderão cumprir o horário das 8:00 - 12:00 e 13:30 até 17:30, mas também poderão ter horários diferenciados no decorrer do mês devido a necessidade da função, atuando em domingos e feriados, sem ocorrência de horas extras, sem a tolerância de 5 minutos.
- Roteiro de Cálculo Comissionado: não considerará horas extras, atrasos, faltas, apenas servirá para registrar a assiduidade, porém deverá constar os horários previstos na tabela na impressão do Cartão Espelho Ponto.

47. O sistema deverá fornecer relatório de todos os servidores ativos contendo a tabela de horários que eles realizam separados pelos Roteiros de Cálculo estabelecidos.

48. O sistema deverá permitir a criação de tabelas de horários, como segue:

a) Tabela semanal - TIPO I (quantidade de horas: 40 horas semanais)

	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Dom	DSR	DSR	DSR	DSR		
Seg	08:00	12:00	13:30	17:30		
Ter	08:00	12:00	13:30	17:30		
Qua	08:00	12:00	13:30	17:30		
Qui	08:00	12:00	13:30	17:30		
Sex	08:00	12:00	13:30	17:30		
Sab	DSNR	DSNR	DSNR	DSNR		

b) Tabela semanal - TIPO II (quantidade de horas: 40 horas semanais)

	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Dom	DSR	DSR	DSR	DSR		
Seg	08:00	12:00	13:30	17:30		
Ter			13:30	17:30	18:00	22:00
Qua	08:00	12:00	13:30	17:30		
Qui			13:30	17:30	18:00	22:00
Sex	DSNR	DSNR	13:30	17:30		
Sab	08:00	12:00	DSNR	DSNR		

c) Tabela semanal - TIPO III (quantidade de horas: 40 horas semanais)

	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Dom	DSR					
Seg	07:00	12:00	13:00	17:00	19:00	22:00
Ter					17:00	22:00
Qua	07:00	12:00	13:00	17:00		
Qui					17:00	22:00



Sex	07:00	12:00	13:00	17:00		
Sab	DSNR	DSNR	DSNR	DSNR		

d) Tabela ciclo 12 x 36 - TIPO IV

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 36 horas de descanso, subdivido em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente. Por exemplo:

1ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom	07:00	19:00
Seg		
Ter	07:00	19:00
Qua		
Qui	07:00	19:00
Sex		
Sab	07:00	19:00

2ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg	07:00	19:00
Ter		
Qua	07:00	19:00
Qui		
Sex	07:00	19:00
Sab		

e) Tabela ciclo 12 x 36 - TIPO V

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 36 horas de descanso, subdividos em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente. Por exemplo:

1ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg	19:00	07:00
Ter		
Qua	19:00	07:00
Qui		
Sex	19:00	07:00
Sab		

2ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom	19:00	07:00
Seg		
Ter	19:00	07:00
Qua		
Qui	19:00	07:00
Sex		
Sab	19:00	07:00

f) Tabela ciclo 12 x 60 iniciando no domingo - TIPO VI

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 60 horas de descanso, subdividos em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente. Por exemplo:

1ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom	07:00	19:00
Seg		
Ter		
Qua	07:00	19:00
Qui		
Sex		
Sab	07:00	19:00

2ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg		
Ter	07:00	19:00
Qua		
Qui		
Sex	07:00	19:00
Sab		

3ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg	07:00	19:00
Ter		
Qua		
Qui	07:00	19:00
Sex		
Sab		

4ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom	07:00	19:00
Seg		
Ter		
Qua	07:00	19:00
Qui		
Sex		
Sab	07:00	19:00



g) Tabela ciclo 12 x 60 iniciando na segunda - TIPO VII

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 60 horas de descanso, subdivido em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente.

h) Tabela ciclo 12 x 60 iniciando na terça - TIPO VIII

1ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom	07:00	19:00
Seg		
Ter		
Qua		
Qui	07:00	19:00
Sex		
Sab		

2ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg	07:00	19:00
Ter		
Qua		
Qui		
Sex	07:00	19:00
Sab		

3ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg		
Ter	07:00	19:00
Qua		
Qui		
Sex		
Sab	07:00	19:00

4ª semana	ENTRADA	SAÍDA
Dom		
Seg		
Ter		
Qua	07:00	19:00
Qui		
Sex		
Sab		

i) Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 60 horas de descanso, subdivido em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente.

j) Tabela ciclo 12 x 84 iniciando no domingo - TIPO IX

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 84 horas de descanso, subdividas em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente. Por exemplo

k) Tabela ciclo 12 x 84 iniciando na segunda - TIPO X

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 84 horas de descanso, subdividas em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente.

l) Tabela ciclo 12 x 84 iniciando na terça - TIPO XI

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 84 horas de descanso, subdividas em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente.

m) Tabela ciclo 12 x 84 iniciando na quarta - TIPO XII

Neste caso o servidor/colaborador tem 12 horas trabalhadas e 84 horas de descanso, subdividas em ciclos, com cada equipe iniciando em dias diferentes, sendo esse ciclo reaplicado infinitamente.

2. O sistema deverá gerar horas extras quando houver escala programada para o dia 31, pois este plantão ultrapassará a quantidade de horas previstas mensalmente para o cargo. Ou seja, o sistema deve levar em consideração a escala de horas normais para o servidor, as horas do dia 31 só serão realmente extras, caso ele cumpra a carga horária normal planejada nos 30 dias do mês.
3. O sistema deverá gerar horas extras 100% para os servidores que trabalham em escala somente nos seguintes casos: plantão em domingos, feriados e pontos facultativos, desde que este não possua



escala programada para este dia.

4. O sistema deverá reconhecer a mesma digital para duas matrículas, pois a municipalidade conta com muitos professores, médicos, etc, que possuem dois concursos, ou seja, dois cargos que podem atuar em locais e horários distintos. Para o servidor com mais de uma matrícula, atribuídas a tabela de horários, respeitando uma tolerância mínima entre horários, mesmo que o servidor registre o ponto em lugares diferentes, o sistema deve lançar o registro para o contrato correto devido ao horário vinculado ao contrato. Caso ele registre em horário diferente, o sistema deve apresentar uma forma para tirar as batidas de uma matrícula e enviar para a outra.
5. O sistema deverá reconhecer o registro de dois eventos no mesmo dia, por exemplo: registrar um atestado/afastamento e uma compensação de horas no mesmo dia.
6. A baixa ou inclusão de horas extras presentes no banco de horas somente poderão ser realizadas através da autorização formal, com a possibilidade de inserção no sistema das seguintes informações de: data, observação (por ex.: ofício nº "n", protocolo, etc), quantidade de horas.
7. Possibilitar a unificação dos registros no ponto centralizador, localizado na Secretaria de Recursos Humanos, possibilitando a exportação e importação de todos os registros efetuados.
8. Unificação dos registros das unidades no ponto centralizador, independentemente de quais unidades e horários o servidor trabalhou durante o mês, integrando-se com os demais pontos já instalados. Em outras palavras, possibilitar a unificação do ponto do colaborador mesmo quando houver o registro em mais de um local de trabalho. Exemplo, médico que trabalha em mais de uma UBS- Unidade Básica de Saúde, ou seja, inicia a marcação (entrada) no PAG 406 e registra a marcação de saída no PAG 407. Ou seja, interpretar de forma correta registros realizados em relógios diferentes, registrando a entrada em um relógio e terminando a jornada em outro.
9. Possibilitar a coleta do registro de ponto de forma online e offline. Quando for offline, tão logo que a conexão seja restabelecida, que seja feita a integração com a base, mantendo a integridade do banco de dados, também em casos de queda de energia, falhas de software ou hardware.
10. Possibilitar a emissão de relatório que informe os relógios que não puderam coletar a digital num período determinado.
11. Garantir o registro de todas as alterações que venham ocorrer pelos operadores do sistema através de LOG para auditoria, por exemplo: troca de horário, lançamento de afastamento, lançamento de pagamento de hora extra e banco de horas, etc.
12. Possibilitar a importação das alterações exportadas pelo Sistema de Folha de Pagamento gerando um LOG com a data da alteração.
13. Possibilitar na exportação do arquivo RH_INTEGRA.TXT (anexo "B"), que é gerado mensalmente a partir do Sistema de Controle de Assiduidade para o Sistema de Folha de Pagamento, a seleção das verbas (código da verba na folha de pagamento) que serão exportadas. Por exemplo: exportação de atrasos e horas extras num momento, para no outro dia exportar somente o adicional noturno para o sistema da folha.
14. Possuir Controle de afastamento: por dias, horas, atestados, férias, licença prêmio, compensação, dispensa eleitoral, dispensa com/sem remuneração, doação de sangue, óbito, etc. E ainda, que possibilite a identificação de qual afastamento/evento estabelecido é descontado ou não o descanso remunerado.
15. Enquadramento de horários automáticos, evitando registro indevido (ex: saída 2 sendo registrado na entrada 1, caso o servidor esqueça de digitar a entrada e registre somente a saída, que esta saída seja enquadrada na segunda marcação, correspondente ao horário do momento).
16. Possibilitar lançar um horário de saída geral, por exemplo: Prefeito dispensa a partir de um determinado horário devido a um falecimento ocorrido.
17. Permitir a parametrização de horas noturnas, intervalo mínimo entre batidas, intrajornada.
18. Cadastro de horários, com opção para informar a tolerância para desconto de DSR (Descanso Semanal Remunerado), não comprometendo a jornada semanal.
19. Permitir a impressão de relatórios, como: Espelho do Ponto, Notificação de Alteração do Ponto,



- Extrato de Compensação de Horas, com possibilidade de geração dos mesmos em arquivo .PDF.
20. O arquivo gerado pelo Sistema de Ponto deverá ser homologado pelo Sistema de Folha de Pagamento ora contratado.
 21. O sistema deverá possibilitar um banco de dados de digitais segundo o padrão já utilizado pela prefeitura, com a opção de envio de biometrias para equipamentos existentes na rede da municipalidade. Evitando duplicidade de cadastro.
 22. Permitir o fechamento do período de apuração das ocorrências de forma geral e individual (individual para cálculo de rescisões).
 23. Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada.
 24. Disponibilizar manual para utilização do sistema.
 25. Sobre o uso de aplicativo mobile para registro do controle de assiduidade:
 - Não é necessário internet para o registro de ponto. O sistema deverá aceitar o registro de ponto com ou sem a conexão de dados. E quando o servidor conectar uma rede (Wi-Fi, 3G, 4G, etc) deverá enviar as marcações para o servidor automaticamente.
 - É obrigatório a utilização do GPS para o registro.
 - Não permite que registros de ponto sem que as configurações de data e hora sejam da rede.
 26. Deve possibilitar que a Prefeitura cadastre novas regras para cálculo do controle de horas.
 27. No roteiro de escala possibilitar a contabilização de horas 100% em domingo e feriados, limitando-se ao dia, caso ultrapasse a jornada até segunda feira, a partir das 00:01 não deverá ser contabilizado os 100%.
 28. Possibilitar desativar lotações conforme a fonte das verbas do Orçamento. Ou seja, alterar lotações para diversos colaboradores, mantendo histórico de lançamentos já realizados.
 29. Permitir o lançamento de massa filtrando por cargo e lotação.
 30. Não importar marcações que já foram importadas ou gerar um alerta.
 31. Criar grupos de gerenciamento nos quais cada gestor de grupo irá controlar as marcações do seu grupo.
 32. Possibilitar visualizar os grupos e os servidores que fazem parte e os que estão sem grupo. Quando sair de um grupo alertar a inclusão de outro grupo.
 33. Possibilitar o controle de assiduidade para os cargos comissionados, fazendo o registro das entradas e saídas, sem a geração de horas extras, ou descontos, mas com a possibilidade de registrar os afastamentos, como: atestados, declarações médicas, dispensas com e sem remuneração, férias, licença prêmio.
 34. Possibilitar o controle de assiduidade para os cargos com Função Gratificada, fazendo o registro das entradas e saídas, para que o servidor cumpra com a carga horária do cargo. Sem a geração de horas extras, mas com a possibilidade de gerar descontos. Ainda, fazendo o registro dos afastamentos, como: atestados, declarações médicas, dispensas com e sem remuneração, férias, licença prêmio.
 35. Possibilitar a importação dos lançamentos dos (atestados, declarações médicas, dispensas com e sem remuneração, férias, licença prêmio, etc.) lançados no Sistema da Folha de Pagamento (Equiplano Sistemas).
 36. Possuir relatório de descumprimento de tempo mínimo de intervalo.
 37. Possuir relatórios gerenciais para controle das ocorrências verificadas na apuração das marcações.
 38. O aplicativo de ponto para mobile deverá estar de acordo com as exigências da Portaria 373 e seguindo os requisitos do Ministério do Trabalho referente ao controle de ponto online e gestão de jornada.
 - A data e hora do dispositivo mobile deverá fazer uso da rede GSM.
 - A precisão ao registrar o ponto deverá acompanhar o avanço do hardware em uso (smartphone).
 - Deverá mostrar o histórico de registros de ponto.



- Deverá possibilitar com segurança o registro das coletas via mobile.
- O sistema deverá dispor de meio para importação de autorizações de horas extras em lote, através de documento no formato TXT, conforme modelo com os campos específicos apresentados a seguir. Observação: a cada nova importação de saldo de horas autorizadas para uma determinada matrícula e um mesmo dia, o saldo deve ser somado ao que já possuía.

Número de Matrícula;Nome do servidor;Cargo;Quantidade de horas extras;Data da realização

- O sistema deverá dispor de meio para importação de parâmetros de pagamento de horas extras em lote (o parâmetro de pagamento de horas extras se refere a quando informa-se ao sistema uma determinada quantidade de horas extras que devem ser pagas em folha), separando horas 50% e 100%, através de documento no formato TXT, conforme modelo com os campos específicos apresentados a seguir. Observação: neste campo o sistema deverá limitar a 1 (uma) importação de parâmetro de pagamento por tipo de hora, período e matrícula. Caso já haja parâmetros duplicados, o sistema deverá ignorar o parâmetro duplicado, informando em log a matrícula que foi ignorada.

Número de Matrícula;Nome do servidor;Cargo;Quantidade de horas extras;tipo de hora

- Possibilitar a inclusão de feriados por lotação, permitindo também excluir os feriados para determinados servidores.
- Possibilitar que na tela de manutenção de ponto seja alterado o tipo de tolerância em dias específicos. Exemplo: o servidor tem a regra de horário com tolerância rígida, o seja, tem que cumprir sua carga horária de 8 horas nos horários específicos o mês todo, porém, apenas no dia 05 o servidor é autorizado a cumprir a carga horária de 8 horas com horário flexível. Dessa forma, na tela de manutenção, o operador do Recursos Humanos poderia alterar a tolerância apenas do dia 05, mantendo o restante do mês conforme a regra.
- Apresentar os saldos totais do mês (horas trabalhadas, faltas, atrasos, horas extras, horas compensadas, horas de dispensa não remunerada) na tela de manutenção de ponto, possibilitando que o operador acompanhe em tempo real os saldos totais que o ponto está gerando.
- O sistema deverá bloquear o acesso à manutenção de servidores que não possuam regra de horário cadastrada, informando que o operador deve entrar em contato com o departamento de Recursos Humanos para a atribuir regra horário para o servidor.
- O sistema deverá possuir programa de monitoramento de conexão de relógios ponto, sendo que quando um relógio estiver sem conexão ou com erro de conexão, o programa envie automaticamente uma mensagem de e-mail de aviso para o endereço cadastrado do local.
- O sistema deve dispor de meio para importação de matrícula E-social em lote, por meio de arquivo TXT, com os dados que seguem no exemplo a seguir, vinculando cada matrícula a uma matrícula E-social.

Número de Matrícula;Matrícula E-social

- O sistema deverá importar dados de ausências (afastamentos médicos, férias, licença especial, entre outros) automaticamente e de forma programada do sistema da folha de pagamento, com a possibilidade de que determinados servidores não tenham importações desse tipo em seu ponto, que é o caso dos servidores com cálculo de carga horária mensal. A funcionalidade de não importar individualmente afastamentos pode ser uma caixa de seleção no cadastro de funcionário.
- Criticar com caixa de aviso a partir de um número determinado de preenchimentos de horários em um período. Por exemplo, se parametrizados 4 preenchimentos manuais por mês, a partir



do 4º preenchimento para um mesmo funcionário o sistema mostrará uma mensagem de aviso de que o limite de preenchimentos manuais foi ultrapassado.

- Dispor de relatório em planilha que informe o número de preenchimentos de horários para cada servidor, em lista, como no exemplo abaixo:

Matrícula	Nome	Quantidade de preenchimentos no período
123456	Paulo	6
123457	Gabriella	5
123458	Leandro	4
123459	Jessica	3

- Dispor de relatório em planilha com saldos por período de banco de horas, atraso, faltas, horas extras 50% realizadas, horas extras 100% realizadas, dispensa sem remuneração, compensação, entre outras, possibilitando gerar mais de um tipo de informação e mais de um funcionário em uma mesma planilha, sendo filtrado por lotação, local de trabalho, empresa ou funcionário. A planilha gerada deverá gerar os servidores e seus saldos por linha, sendo cada coluna um tipo de informação, como no exemplo abaixo:

Matrícula	Nome	Horas Extras 50%	Horas Extras 100%	Faltas	Atrasos	Horas compensadas	Dispensa sem remuneração
123456	Paulo	02:00	02:00	02:00	02:00	02:00	02:00
123457	Gabriella	01:00	01:00	01:00	01:00	01:00	01:00
123458	Leandro	03:00	03:00	03:00	03:00	03:00	03:00
123459	Jessica	02:00	02:00	02:00	02:00	02:00	02:00

- Dispor de relatório em planilha com dados de cadastro pessoal e profissional, possibilitando gerar mais de um tipo de informação e mais de um funcionário em uma mesma planilha, sendo filtrado por lotação, local de trabalho, empresa ou funcionário. A planilha gerada deverá gerar os servidores e seus saldos por linha, sendo cada coluna um tipo de informação, como no exemplo abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Local de trabalho	Data de admissão	RG	Data de nascimento
123456	Paulo	Assistente	Administração	Paço	01/01/2023	123	01/01/1991
123457	Gabriella	Assistente	Administração	Paço	01/01/2022	123	01/01/1993
123458	Leandro	Assistente	Administração	Paço	01/01/2021	123	01/01/1990
123459	Jessica	Assistente	Administração	Paço	01/01/2020	123	01/01/1990

- Possuir campo para informar banco de horas negativo no cartão de ponto, como apontado pela seta azul no exemplo de cartão ponto abaixo:



D 0				Saldo do mês anterior	20:12
S 1185	07:45 11:45 13:30 17:30			Crédito de horas	00:00
T 1185	07:45 11:45 13:30 17:30			Compensação de horas	00:00
Q 1185	07:45 11:45 07:45 11:45 13:30 17:30 13:30 17:30			Pagamentos de HE	00:00
S 1185	07:45 11:45 13:30 17:30			Banco negativo:	3:00
S 0					

Data	Marcação Ponto	Jornada Realizada	Tratamentos	HDNR	Atrasos	Faltas	DSR	Ad. Not.	Crédito	Débito	HE
01 DOM			FERIADO								
02 SEG			FERIAS								
03 TER			FERIAS								
04 QUA			FERIAS								
05 QUI			FERIAS								
06 SEX			FERIAS								
07 SAB											
08 DOM											
09 SEG	07:17 11:49 13:14 18:05	07:17 11:49 13:14 18:05									
10 TER	07:39 11:48 13:16 17:47	07:39 11:48 13:16 17:47									
11 QUA	10:30 11:50 13:19 17:34	11:50 13:19 17:34	10:30(D)TESTE		03:45						
12 QUI	07:43 11:48 13:19 17:26	07:43 11:48 13:19 17:26									
13 SEX	07:42 11:48 13:18 17:28	07:42 11:48 13:18 17:28									
14 SAB											
15 DOM											
16 SEG	07:44 11:52 13:18 17:31	07:44 11:52 13:18 17:31									
17 TER	07:36 11:50 13:21 17:38	07:36 11:50 13:21 17:38									
18 QUA	07:43 11:43 13:15 17:31	07:43 11:43 13:15 17:31									
19 QUI	07:41 11:45 13:15 17:25	07:41 11:45 13:15 17:25									
20 SEX	07:37 11:46 13:29 14:49 14:55 17:34	07:37 11:46 13:29 14:49 14:55 17:34									
21 SAB											
22 DOM											
23 SEG	07:41 11:46 13:29 17:26	07:41 11:46 13:29 17:26									
24 TER	07:38 11:50 13:08 17:34	07:38 11:50 13:08 17:34									
25 QUA	07:42 11:44 13:19 17:30	07:42 11:44 13:19 17:30									
26 QUI	07:46 11:48 13:18 17:28	07:46 11:48 13:18 17:28									
27 SEX	07:47 09:58	07:47 09:58			05:49						
28 SAB											
29 DOM											
30 SEG	07:39 11:51 13:19 17:26	07:39 11:51 13:19 17:26									
31 TER	07:35 11:44 13:20 17:59	07:35 11:44 13:20 17:59			04:01						
					13:35	00:00					

Eu PAULO JUNIOR GRANDE, confirmo as presenças e horários acima, e estou de pleno acordo.

Impresso: 01/02/2023 14:29:38 por PAULO JUNIOR GRANDE

Saldos para Desconto em folha: ____/____/____

HDNR: 00:00

Atrasos: 13:35

Faltas: 00:00

DSR: 00:00

Carimbo e assinatura chefia

- Possuir campo informativo dos saldos a serem descontados em folha ao lado da linha de assinatura do servidor, como apontado pela seta azul no exemplo de cartão ponto, abaixo:

D 0				Saldo do mês anterior	20:12
S 1185	07:45 11:45 13:30 17:30			Crédito de horas	00:00
T 1185	07:45 11:45 13:30 17:30			Compensação de horas	00:00
Q 1185	07:45 11:45 07:45 11:45 13:30 17:30 13:30 17:30			Pagamentos de HE	00:00
S 1185	07:45 11:45 13:30 17:30				
S 0					

Data	Marcação Ponto	Jornada Realizada	Tratamentos	HDNR	Atrasos	Faltas	DSR	Ad. Not.	Crédito	Débito	HE
01 DOM			FERIADO								
02 SEG			FERIAS								
03 TER			FERIAS								
04 QUA			FERIAS								
05 QUI			FERIAS								
06 SEX			FERIAS								
07 SAB											
08 DOM											
09 SEG	07:17 11:49 13:14 18:05	07:17 11:49 13:14 18:05									
10 TER	07:39 11:48 13:16 17:47	07:39 11:48 13:16 17:47									
11 QUA	10:30 11:50 13:19 17:34	11:50 13:19 17:34	10:30(D)TESTE		03:45						
12 QUI	07:43 11:48 13:19 17:26	07:43 11:48 13:19 17:26									
13 SEX	07:42 11:48 13:18 17:28	07:42 11:48 13:18 17:28									
14 SAB											
15 DOM											
16 SEG	07:44 11:52 13:18 17:31	07:44 11:52 13:18 17:31									
17 TER	07:36 11:50 13:21 17:38	07:36 11:50 13:21 17:38									
18 QUA	07:43 11:43 13:15 17:31	07:43 11:43 13:15 17:31									
19 QUI	07:41 11:45 13:15 17:25	07:41 11:45 13:15 17:25									
20 SEX	07:37 11:46 13:29 14:49 14:55 17:34	07:37 11:46 13:29 14:49 14:55 17:34									
21 SAB											
22 DOM											
23 SEG	07:41 11:46 13:29 17:26	07:41 11:46 13:29 17:26									
24 TER	07:38 11:50 13:08 17:34	07:38 11:50 13:08 17:34									
25 QUA	07:42 11:44 13:19 17:30	07:42 11:44 13:19 17:30									
26 QUI	07:46 11:48 13:18 17:28	07:46 11:48 13:18 17:28									
27 SEX	07:47 09:58	07:47 09:58			05:49						
28 SAB											
29 DOM											
30 SEG	07:39 11:51 13:19 17:26	07:39 11:51 13:19 17:26									
31 TER	07:35 11:44 13:20 17:59	07:35 11:44 13:20 17:59			04:01						
					13:35	00:00					

Eu PAULO JUNIOR GRANDE, confirmo as presenças e horários acima, e estou de pleno acordo.

Impresso: 01/02/2023 14:29:38 por PAULO JUNIOR GRANDE

Saldos para Desconto em folha: ____/____/____

HDNR: 00:00

Atrasos: 13:35

Faltas: 00:00

DSR: 00:00

Carimbo e assinatura chefia



CLÁUSULA XI - DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO AOS USUÁRIOS

1. O treinamento integrante do item de implantação, é o "Treinamento Básico Operacional" que está vinculado a operacionalização do sistema, para que os usuários envolvidos possam conhecer e operacionalizar, quando não se conhece a ferramenta do fornecedor.
2. Após a realização do "Treinamento Básico Operacional" (que faz parte da implantação), deverá ser planejado o "Treinamento aos Usuários", ou simplesmente "Treinamento" que será tratado como um chamado técnico, este difere-se por ser posterior a implantação e caracterizado pelo repasse de informações complementares, ou ainda, um reforço no entendimento sobre o funcionamento do sistema, aptos a executar atividades como: operação, validação, testes, extração de dados, entre outros.
3. Os treinamentos serão para todos os servidores municipais envolvidos com o controle de assiduidade, que poderão ser novamente necessários, caso haja substituição do colaborador/servidor treinado, e este, será considerado como incluso ao valor mensal da manutenção.
4. Para otimização dessa prestação de serviço, o Departamento Administrativo do RH, organizará o número de participantes e definirá o local, com a anuência do Fiscal Técnico do Contrato.
5. Quando houver treinamento, este deverá ser presencial, ministrado em Toledo, preferencialmente em dias seguidos.
6. Em razão das constantes melhorias, a CONTRATADA deverá realizar a transferência de conhecimento do software e de todas as novas melhorias implementadas à equipe técnica da CONTRATANTE através de "Treinamento" sobre a utilização de todas as funções e operações do software, habilitando-os a utilizar todos os recursos disponíveis para a operacionalização do sistema.
7. Deverá ser registrado para controle da administração municipal, o número de horas, o conteúdo e o nome dos servidores públicos que receberem o repasse sobre o funcionamento do sistema.
8. A CONTRATADA deverá fornecer no mínimo 20 (vinte horas) de treinamento (podendo ser ofertado número de horas a maior) para Técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Recursos Humanos. Podendo ser realizado em duas ou três etapas, composto de uma pré-análise do ambiente da Prefeitura e repasse técnico voltado ao ambiente computacional e contexto inerente como voltado as configurações e definições da ferramenta licitada de forma que atinja as funcionalidades de todos os módulos, toda a parametrização da solução e demais tecnologias empregadas para a manutenção do sistema e suporte, configurações restritas e de impacto em toda rede de atendimento.
9. O treinamento deverá ser ministrado através de instrutores do próprio fabricante do software.
10. A CONTRATADA deverá indicar os recursos necessários à realização do treinamento (configuração mínima dos equipamentos, recursos audiovisuais, etc) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de sua realização.
11. A contratada deverá fornecer material didático (apostilas, etc.) do treinamento, sendo um conjunto para cada participante.
12. Os custos de viagem, como hospedagem, alimentação e transporte, ficarão por conta da contratada, sem qualquer custo ou ônus à Prefeitura Municipal de Toledo.

CLÁUSULA XII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se à:



1. A CONTRATADA deverá fornecer os módulos licitados, corrigindo de forma continuada, implementando manutenções preventivas, corretivas e evolutivas, treinamento, suporte técnico, atualizações de versão do software ofertado, garantindo as alterações legais e as que vierem a serem exigidas pela legislação durante a validade do contrato.
2. Caberá a CONTRATADA a instalação de sistemas operacionais, clientes, patches de correção e aplicativos necessários, nos servidores utilizados pela aplicação, bem como sua configuração e parametrização, disponibilizado pela CONTRATANTE.
3. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção contínua no computador servidor (patches, drivers, etc) onde a solução será instalada, ou ainda, proceder, conforme planejamento e sob a supervisão dos Técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação, a migração para outra(s) máquina(s) servidora(s), tanto o banco de dados, quanto a solução instalada, caso haja atualização nos equipamentos do Datacenter da Prefeitura.
4. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção e suporte dos equipamentos ofertados para locação.
5. A CONTRATADA deverá atender as especificidades presentes na legislação municipal, estadual, federal, Estatuto do Servidor e TACs assumidos pela municipalidade.
6. Deverá garantir o funcionamento das opções de auditoria com identificação completa dos processos realizados por todos os operadores do sistema, de maneira simples através de consultas em tela ou relatórios do sistema.
7. Todos os profissionais deverão possuir e-mail corporativo nominal vinculado à empresa CONTRATADA.
8. Garantir o funcionamento de todos os módulos com a mesma base de dados e com os módulos integrados entre si (garantindo que a informação seja alimentada uma única vez), sendo baseado no conceito de controle de transação, mantendo a integridade do Banco de Dados em quedas de energias e falhas de Software/hardware.
9. Deverá garantir o funcionamento da compatibilidade com ambiente multiusuário, permitindo a realização de tarefas concorrentes. Possuir atualização on-line dos dados permitindo a todos os usuários acesso às informações atualizadas imediatamente após o término da transação, e ainda, garantir a integridade referencial de arquivos e tabelas.
10. Deverá prover o controle efetivo do uso do sistema, oferecendo total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações, através do uso de senhas. Permitir configuração de níveis de permissões para acessos individualizados por usuários através senhas criptografadas. Garantir que as permissões de acesso a um usuário de forma individualizada, prevaleçam sobre o conjunto de permissões aplicadas ao grupo que ele participa.
11. Deverá permitir o Bloqueio do Usuário ao sistema, com a possibilidade de desbloqueio e resgate automático de suas permissões.
12. Deverá garantir a Confidencialidade: fornecer a propriedade que limita o acesso à informação tão somente às entidades legítimas, ou seja, àquelas autorizadas pelo proprietário da informação. No caso, o acesso ao sistema deve ser controlado por usuário e senha, identificando os operadores do sistema, possuindo níveis de autorização/permissões (direitos como somente leitura, alteração, exclusão, etc.) com registro de controle dos mesmos (LOG) para auditoria caso necessário sobre os acessos, registro da ação executada, com data e hora.
13. Deverá garantir a Integridade: propriedade que garante que a informação manipulada mantenha todas as características originais estabelecidas pelo proprietário da informação, incluindo controle de mudanças e garantia do seu ciclo de vida (nascimento, manutenção e destruição). Ou seja, fornecer ao funcionário integridade de seus registros, não permitindo que estes sejam alterados sem sua notificação documentada, identificando na folha de ponto dos funcionários os registros alterados/marcações incluídas (ex: deixando em negrito).
14. Deverá garantir a disponibilidade das opções de auditoria com identificação mínima do operador, data e hora da operação das atualizações efetuadas sobre cadastros e suas



movimentações (inclusões, alteração, exclusão) sem ônus ao município.

15. Deverá garantir as rotinas de backup e restauração a nível de sistema e de banco de dados, a ser implementada, documentada e alinhada com o Departamento de Tecnologia da Informação do Município.
16. Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidos às disposições da legislação trabalhista vigente.
17. A CONTRATADA não poderá alegar falta de pessoal no seu quadro de colaboradores para atender objeto deste contrato.
18. A CONTRATADA será responsável pelo treinamento de novos servidores que venham a integrar o quadro da CONTRATANTE e que venham a utilizar o software para fazer gestão e controle da assiduidade.
19. A CONTRATADA deverá ter filial no oeste do Paraná afim de facilitar o atendimento.
20. As despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, seguro pessoal, de veículos e demais despesas decorrentes serão por conta da CONTRATADA.
21. Atender ao Acordo de Nível de Serviço de acordo com especificações deste edital.
22. Registrar problemas e obstáculos identificados durante a execução dos serviços e informá-los, tempestivamente e formalmente, aos Fiscais de Contrato, bem como todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, visitas técnicas, treinamentos, cronogramas, inovações, inovações legais, implementações, dificuldades e/ou divergências.
23. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento do CONTRATANTE.
24. Após implantação e sempre que solicitado, fornecer documentação garantindo a propriedade dos dados da CONTRATANTE, como modelo de dados (modelo Entidade Relacionamento), permitindo a CONTRATANTE identificar a origem de seus dados nas estruturas das tabelas; dicionário de dados com as definições sobre Entidades, Atributos, Relacionamentos e Domínios, senhas e acessos ao banco de dados. A CONTRATADA deverá fornecer os dados conforme layout repassado pelo Departamento de Tecnologia da Informação antes de findar o contrato.
25. A CONTRATADA deverá possibilitar a exportação dos dados dos Sistemas ora contratados, mediante solicitação formal do Departamento de Tecnologia da Informação, com repasse de layout, através do acesso ao Banco de Dados ou WEBSERVICE, para aproveitamento de informações para outros sistemas que o Município vier utilizar, conforme cronograma a ser definido entre as partes.
26. Na hipótese de a rescisão junto à CONTRATADA ocorrer após a implantação da plataforma ou transcorrido seis meses da data da assinatura do contrato (o que ocorrer antes) e antes da finalização do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a manter o funcionamento da plataforma objeto deste edital até que a CONTRATANTE seja capaz de realizar a sua substituição, incluindo as fases de licitação, migração de dados, treinamento e completa implementação da nova plataforma, no prazo máximo de um ano a partir da solicitação de rescisão da CONTRATADA, dada a característica de essencialidade do serviço.
27. Caso a CONTRATADA não tenha ofertado 100% dos requisitos obrigatórios ("Das Características da Solução"), a mesma deve comprometer-se a entregar posteriormente, no prazo não superior a 90 (noventa) dias, e, caso não seja atendido, serão aplicadas as sanções administrativas.

CLÁUSULA XIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se à:

1. É responsabilidade da CONTRATANTE prover o ambiente virtualizado para a instalação do



- sistema, mediante repasse de informação da CONTRATADA.
2. É responsabilidade da CONTRATANTE, disponibilizar o banco de dados e seu licenciamento respectivo.
 3. É responsabilidade do CONTRATANTE a manutenção das condições necessárias para a realização dos serviços por parte da CONTRATADA em estrita concordância com os termos das leis aplicadas às contratações públicas.
 4. Realizar a instalação elétrica e lógica nos locais quando necessário. Para tanto, será disponibilizado usuário/senha para acesso e registro dos chamados no site suporte.toledo.pr.gov.br ou outro endereço disponibilizado posteriormente.
 5. Nomear e destacar equipe composta por servidores que detenham conhecimento do negócio e dos perímetros alvo do projeto.
 6. Redefinir o prazo e cronograma dos serviços, em conjunto com a CONTRATADA, caso alguma situação estratégica venha causar impacto nas atividades.
 7. Aprovar os documentos correspondentes aos produtos finais, Relatórios Técnicos já mencionados.
 8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com os valores estabelecidos no contrato, cabendo a CONTRATANTE analisar os serviços já realizados que poderão ser glosados, evitando pagamento em duplicidade.
 9. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
 10. A manutenção e assistência técnica dos equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, serão de responsabilidade da mesma sem ônus para a CONTRATANTE. Em caso de mau uso ou depredação, a CONTRATANTE deverá arcar com as despesas de peças, mão de obra e deslocamento, submetidos à ciência e aprovação da Secretaria de Recursos Humanos, que tomará as devidas providências.

CLÁUSULA XIV – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Nos termos da Lei Municipal nº. 2.119 de 18 de janeiro de 2013 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firmam o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, as **Secretárias da Educação, de Recursos Humanos, e da Saúde**, obrigando-se ao cumprimento do contido no art. 3º e incisos da referida Lei Municipal relativo ao objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Ficam designados para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato:

- a) Fiscal Técnico do contrato – Robson José Vozniaki, que ficará encarregado da avaliação e aferição do Relatório Informativo em verificação do Acordo de Nível de Serviço (SLA), encaminhar a Notificação Prévia do cumprimento ou não dos níveis mínimos de serviços e eventuais glosas a serem deduzidas do faturamento, bem como análise das contestações com a equipe.
- b) Fiscal gestor do contrato – Rosângela Beilke ou o responsável ocupante do cargo de Diretor do Departamento Administrativo da Secretaria de Recursos Humanos, como encarregado da fiscalização do cumprimento dos prazos, empenhos, trâmites internos, acompanhamentos referentes ao pagamento das Notas Fiscais conforme termos do contrato.

Parágrafo Segundo

Os servidores que executam atividades relacionadas ao controle de assiduidade dos PAGs, bem como o responsável no Departamento de Recursos Humanos pela gestão do controle de assiduidade, serão co-responsáveis junto com fiscais de contrato, em suas áreas de



atuação, para fiscalizar e acompanhar os chamados e repasse das demandas de seus setores.

Parágrafo Terceiro

Todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, bem como todas as visitas técnicas, treinamentos, cronogramas, inovações, implementações, dificuldades e/ou divergências, deverão ser comunicadas ao Fiscal Técnico do Contrato.

CLÁUSULA XV – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à licitante são as previstas na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste processo licitatório.

Parágrafo Primeiro

Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes: advertência, multa e suspensão, como segue:

Advertência:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE. Caso haja persistência na falta, por três vezes consecutivas, poderá ser enquadrada como inexecução contratual ou infração grave.
- b) A aplicação de duas advertências, pela mesma falta de cumprimento dos serviços estabelecidos em contrato, poderá ser classificada como infração média.

Multa:

- a) Multa pela inexecução contratual inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:
- b) 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais, combinações aplicáveis, na recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizado inexecução total das obrigações acordadas.
- c) 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato ou rescisão contratual por culpa CONTRATADA.
- d) 0,33% (zero ponto trinta e três por cento) ao dia, até trigésimo dia de atraso, sobre o valor mensal, referente ao serviço não realizado ou item do edital não atendido.
- e) 0,66% (zero ponto sessenta e seis por cento) ao dia, sobre o valor mensal, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- f) 20 % (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal da contratação, nos casos de infração grave, 10 % (dez por cento) nos casos de infração média e 5 (cinco por cento) nos casos de infração leve.
- g) A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.
- h) As multas previstas não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Suspensão:

- a) A suspensão será aplicada na hipótese de:
 - Retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante.
 - Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame.
 - Descumprir as obrigações decorrentes do contrato.
- b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de



até dois anos.

- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

CLÁUSULA XVI – CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE

E CORRUPÇÃO

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

Parágrafo Único

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA XVII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR., com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

Toledo, 06 de junho de 2023.

Assinado eletronicamente

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/CONTRATANTE



GOVERNO MUNICIPAL

TOLEDO

**SECRETARIA
DA ADMINISTRAÇÃO**

Assinado eletronicamente
MARLI GONÇALVES COSTA
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Assinado eletronicamente
DIANE MICHELY CASSARO
SECRETÁRIA DESIGNADA DA SAÚDE
(Portaria nº 380, de 29 de maio de 2023)

CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOSO:04514341967
Eu concordo com os termos definidos
por minha assinatura neste documento
2023.06.07 09:10:24-03'00'
12.1.2

CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO
WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA/CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

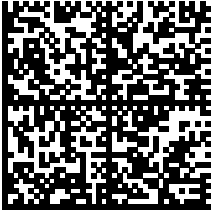


Documento: 19153/2023 - Ct0529 .pdf
Data: 06/06/2023 14:44:52

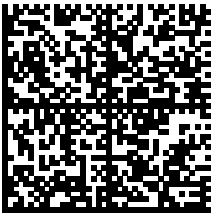
Situação: Pendente de assinatura

Servidor

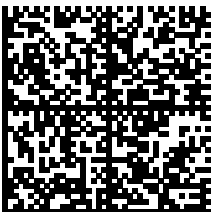
Assinado em



O documento foi assinado por MARLI GONÇALVES COSTA na data 06/06/2023 14:54.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
<http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#!/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/19153/2023>



O documento foi assinado por DIANE MICHELY CASSARO na data 06/06/2023 16:03.
Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
<http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#!/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/19153/2023>




O documento foi assinado por LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT na data 06/06/2023 19:11. Assinatura realizada através do login do usuário.
Para mais informações, acessar o link:
<http://equiplanoweb.toledo.pr.gov.br/tramitacaoProcesso/#!/consulta-anexo-assinado/entidade/136/documento/19153/2023>

equiplano

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30905
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:34:41
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925163441550107865172025097325077
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31139	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30905		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código nº 50764 Ref. Empenho nº 16344/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 267,81	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 267,81


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 281,31	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 281,31	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 8,44	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 267,81

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 13,50	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34298 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30906	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:35:30	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925163530820107865172025097325078	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31140	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30906		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3252-2081	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
08.885.072/0001-75			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 4 - Código nº 50764			
Ref. Empenho nº 16342/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 133,90	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 133,90


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
140,65	0,00	0,00	140,65	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,22	0,00	0,00	133,90

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34299	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30907
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:36:12
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925163612510107865172025097325079
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31141	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30907		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código nº 50763 Ref. Empenho nº 16343 Ref. Mês 0825			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 133,93	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 133,93	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 4,02	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 6,43	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34300 Banco: Banco Cooperativo Scredí S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30908
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:36:51
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925163651280107865172025097325070
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31142	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30908		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código nº 50764 Ref. Empenho nº 16348/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 133,90	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 133,90


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 140,65	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 140,65	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 4,22	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 133,90

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 6,75	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34301 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30909	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:38:57	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925163857510107865172025097325071	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31143	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30909		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3252-2081	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
08.885.072/0001-75			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código nº 50763			
Ref. Empenho nº 16347			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
133,93	0,00	0,00	133,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,02	0,00	0,00	127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34302	
Banco: Banco Cooperativo Scredí S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30910
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:40:22
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925164022910107865172025097325082
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31144	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30910		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código nº 50764 Ref. Empenho nº 16338 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 267,81	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 267,81


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 281,31	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 281,31	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 8,44	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 267,81

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 13,50	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34303 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30912
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:43:40
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925164340200107865172025097325084
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31146	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30912		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185
	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO	TELEFONE 3252-2081	
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código nº 50764 Ref. Empenho nº 16336/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 2.811,96	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 2.811,96


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 2.953,74	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 2.953,74	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 88,61	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 2.811,96

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 141,78	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34305 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30913	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:44:21	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925164421690107865172025097325085	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31147	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30913		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3252-2081	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
08.885.072/0001-75			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código nº 50763			
Ref. Empenho nº 16349/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
133,93	0,00	0,00	133,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,02	0,00	0,00	127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34306	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30911
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:41:04
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925164104570107865172025097325083
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31145	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30911		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081	
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código nº 50763 Ref. Empenho nº 16337/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 1.912,60	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 1.912,60


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 2.009,03	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 2.009,03	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 60,27	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 1.912,60

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 96,43	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34304 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30890
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 15:58:35
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925155835600107865172025097325962
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31124	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30890		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185
	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3055-8800
CNPJ 76.205.806/0001-88	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Educação Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código 50764 Ref. Empenho nº 21564/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 3.481,47	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 3.481,47


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 3.657,01	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 3.657,01	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 109,71	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 3.481,47

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 175,54	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34283 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30891	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 15:59:26	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925155926610107865172025097325963	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31125	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30891		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3055-8800	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.205.806/0001-88			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Educação			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 4 - Código 50764			
Ref. Empenho nº 21562/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 803,42	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 803,42


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
843,93	0,00	0,00	843,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	25,32	0,00	0,00	803,42

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
40,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34284	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30893
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:07:53
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925160753720107865172025097325965
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31127	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30893		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICÍPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE 3055-8800	
CNPJ 76.205.806/0001-88	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Educação Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código 50763 Ref. Empenho nº 21565/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 3.112,17	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 3.112,17


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 3.269,09	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 3.269,09	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 98,07	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 3.112,17

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 156,92	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34286 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30894	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:09:11	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925160912540107865172025097325966	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31128	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30894		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3055-8800	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.205.806/0001-88			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Educação			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 4 - Código 50764			
Ref. Empenho nº21559/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 119,70	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 119,70


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
125,74	0,00	0,00	125,74	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	3,77	0,00	0,00	119,70

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34287	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30895	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:10:21	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925161021620107865172025097325967	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31129	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30895		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3055-8800	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.205.806/0001-88			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Educação			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código 50763			
Ref. Empenho nº 21563/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 598,49	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 598,49


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
628,67	0,00	0,00	628,67	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	18,86	0,00	0,00	598,49

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
30,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34288	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30896	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:11:23	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925161123860107865172025097325968	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31130	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30896		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3055-8800	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.205.806/0001-88			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Educação			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 4 - Código 50764			
Ref. Empenho nº 21558/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 133,90	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 133,90


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
140,65	0,00	0,00	140,65	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,22	0,00	0,00	133,90

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34289	
Banco: Banco Cooperativo Scredí S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30897
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:12:40
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925161240840107865172025097325969
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31131	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30897		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185
	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3055-8800
CNPJ 76.205.806/0001-88	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Educação Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código 50763 Ref. Empenho nº21560/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 2.678,06	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 2.678,06


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 2.813,09	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 2.813,09	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 84,39	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 2.678,06

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 135,03	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34290 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30898	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:14:03	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925161403060107865172025097325960	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31132	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30898		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3055-8800	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.205.806/0001-88			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Educação			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código 50763			
Ref. Empenho nº 21561/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 2.034,88	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 2.034,88


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
2.137,48	0,00	0,00	2.137,48	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	64,12	0,00	0,00	2.034,88

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
102,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34291	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30889
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 15:57:37
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925155737270107865172025097325951
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31123	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30889		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO			TELEFONE 3055-8800
CNPJ 76.205.806/0001-88	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria de Recursos Humanos Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código 50763 Ref. Empenho nº 21518/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 562,38	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 562,38


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 590,74	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 590,74	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 17,72	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 562,38

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 28,36	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34282 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30892
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:06:50
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925160650610107865172025097325964
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31126	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30892		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO ADMINISTRATI			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO			TELEFONE 3055-8800
CNPJ 76.205.806/0001-88	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria de Recursos Humanos Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código 50764 Ref. Empenho nº 21517/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 6.293,43	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 6.293,43


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 6.610,75	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 6.610,75	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 198,32	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 6.293,43

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 317,32	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34285 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30899
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:15:00
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925161500020107865172025097325961
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31133	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30899		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081	
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código nº 50763 Ref. Empenho nº 16335/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 133,93	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 133,93	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 4,02	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 6,43	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34292					
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30900	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:16:48	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925161648430107865172025097325072	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31134	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30900		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3252-2081	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
08.885.072/0001-75			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código nº 50763			
Ref. Empenho nº 16339/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
133,93	0,00	0,00	133,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,02	0,00	0,00	127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34293	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30901	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	24/09/2025 - 16:27:47	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683240925162747360107865172025097325073	
COMPETÊNCIA	24/09/2025	NÚMERO DO RPS	31135	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30901		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO			
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TOLEDO			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3252-2081	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
08.885.072/0001-75			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde			
Ref. Contrato nº 0529/2023			
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023			
Ref. Item 5 - Código nº 50763			
Ref. Empenho nº 16340/2025			
Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 127,50	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 127,50


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
133,93	0,00	0,00	133,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	4,02	0,00	0,00	127,50

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
6,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34294	
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA		30902	
			DATA E HORA DA EMISSÃO		24/09/2025 - 16:29:41	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO		7683240925162941130107865172025097325074	
COMPETÊNCIA		24/09/2025	NÚMERO DO RPS		31136	
SITUAÇÃO DA NFS-E						AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30902		AUTORIZADA			
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO		LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)		LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível		TOLEDO		MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)					
	NOME / RAZÃO SOCIAL				
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA				
	ENDEREÇO				
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO				
	MUNICÍPIO				
MARECHAL CÂNDIDO RONDON					
COMPLEMENTO					TELEFONE
SALA 913, TÉRREO					45 3254-0570
CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		E-MAIL	
10.786.517/0001-01		23407185		FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)					
NOME / RAZÃO SOCIAL					
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO					
ENDEREÇO					
RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO					
MUNICÍPIO					
TOLEDO					
COMPLEMENTO					TELEFONE
					3252-2081
CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		E-MAIL	
08.885.072/0001-75					

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)					
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde					
Ref. Contrato nº 0529/2023					
Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023					
Ref. Item 4 - Código nº 50764					
Ref. Empenho nº 16341/2025					
Ref. Mês 08/25					
Quantidade: 1,00		Valor Unitário: R\$ 133,90		Desconto: R\$ 0,00	
				Total Liquido: R\$ 133,90	


TOTAIS DA NFS-E					
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)		VALOR DEDUÇÃO		DESCONTO INCONDICIONADO	
140,65		0,00		0,00	
BASE DE CÁLCULO ISS				140,65	
ALÍQUOTA ISS (%)		VALOR DO ISS		VALOR DO ISS RETIDO	
3,00		4,22		0,00	
DESCONTO CONDICIONADO				0,00	
Total Liquido da NFSe:				133,90	

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA		PIS		COFINS	
6,75		0,00		0,00	
CSLL		INSS		OUTRAS RETENÇÕES	
0,00		0,00		0,00	

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34295					
Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748)					
Agência: 0715					
Conta Corrente: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30903
		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:30:35
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925163035340107865172025097325075
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31137	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30903		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO		
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO		
MUNICÍPIO TOLEDO		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 4 - Código nº 50764 Ref. Empenho nº 16346/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 133,90	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 133,90


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 140,65	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 140,65	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 4,22	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 133,90

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 6,75	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34296 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30904
			DATA E HORA DA EMISSÃO 24/09/2025 - 16:32:01
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240925163201010107865172025097325076
COMPETÊNCIA 24/09/2025	NÚMERO DO RPS 31138	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30904		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TOLEDO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOLEDO			
ENDEREÇO RUA RAIMUNDO LEONARDI, 1586, CENTRO			
MUNICÍPIO TOLEDO			
COMPLEMENTO			TELEFONE 3252-2081
CNPJ 08.885.072/0001-75	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Secretaria da Saúde Ref. Contrato nº 0529/2023 Ref. Pregão Eletrônico nº 69/2023 Ref. Item 5 - Código nº 50763 Ref. Empenho nº 16345/2025 Ref. Mês 08/25			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 255,01	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 255,01

TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 267,87	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 267,87	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 8,04	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 255,01

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 12,86	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34297 Banco: Banco Cooperativo Sicredi S.A. (748) Agência: 0715 Conta Corrente: 15146-7					



MUNICÍPIO DE TOLEDO

Estado do Paraná

Secretaria da Administração

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, CNPJ 10.786.517/000101 presta serviços para o Município de Toledo-PR através do contrato nº 0678/2019, para a locação de "software, gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade, locação de equipamentos para registro (hardware) e leitura biométrica, serviços de instalação e manutenção dos equipamentos, implantação, conversão e migração de dados legados, customização, testes, suporte técnico, treinamento, atualização de versão que garantam as alterações corretivas, evolutivas e as que vierem a ser exigidas pela legislação", conforme a seguir:

LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	MARCA
01	1	47143	Hora técnica para customização e desenvolvimento de software	500	HT	Binär Tech/ Biofinger
01	2	43691	Implantação de sistema, conversão de dados, treinamento.	1	UN	Binär Tech/ Biofinger
01	3	50765	Licença de uso para registro do controle de assiduidade via mobile	6.000	UN	Binär Tech/ Biofinger
01	4	50764	Locação de equipamento para registro e leitura biométrica, com suporte e manutenção	1.920	UN	Henry/Pri- mme Acesso
01	5	50763	Locação de software para gestão do registro eletrônico de controle de assiduidade com suporte e manutenção	24	MES	Binär Tech / Biofinger

Declaramos que os compromissos são executados na forma declarada, bem como inexistente, até esta data, qualquer fato que desabone a sua idoneidade técnica.

Toledo, 21 de novembro de 2022.


ELIZABETH TIMM BALCEWICZ

Analista em TI - Departamento de TI
(fiscal técnico do contrato)

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

TERMO DE CONTRATO
CELEBRADO ENTRE A
EMPRESA PÚBLICA DE
SAÚDE DO RIO DE JANEIRO
S/A – RIOSAÚDE, COMO
CONTRATANTE E A
WORKSERV
DESENVOLVIMENTO E
COMÉRCIO DE SOFTWARES
LTDA, COMO CONTRATADA,
PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE
REGISTRO DE PONTO
ELETRÔNICO COM
CONCESSÃO DE LICENÇA
DE USO DE SOFTWARE, NA
FORMA ABAIXO

A Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE, situada à Rua Dona Mariana, nº 48, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo Diretor Presidente **ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 31454668-0 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.749.716-16, e a sociedade **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA**, estabelecida na RUA SÃO PAULO, 909, SALA 601, 6º ANDAR, MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 10.786.517/0001-01, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por **CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO**, portador da Carteira de Identidade nº 75000650 - SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.143.419-67 têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE – RP - RIOSAÚDE – 90969/2024, realizado por meio do processo administrativo nº RSU-PRO-2024/09006 – 99/037.945/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.698/2018, e pela Lei Federal nº 14.133/2021, referente ao pregão eletrônico, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 51.078/2022 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada pelo Decreto Rio nº 31.349/2009, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, e pela Lei Municipal nº 2.816/1999, Lei Municipal nº 4.978/2008, e pelos Decretos Municipais nº 17.907/1999, 27.715/2007, 49.415/2021 e 51.260/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Privado, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940, (Código Penal) pelas regras constantes no Regulamento de Licitações e Contratações da RIOSAÚDE (REGLIC), acessado em <https://riosau.de.prefeitura.rio/regulamento-de-licitacoes-e-contratacoes-reglic/>, do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos para Registro de Ponto Eletrônico com reconhecimento facial, com instalação e manutenção dos equipamentos e concessão de licença de uso de software de controle de gestão de frequência dos colaboradores da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro – RIOSAÚDE, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90969/2024 e no anexo II do presente contrato.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Primeiro – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº RSU-PRO-2024/09006 – 99/037.945/2024, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – O regime de execução adotado é a empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ 343.109,76 (trezentos e quarenta e três mil, cento e nove reais e setenta e seis centavos), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ 14.296,24 (quatorze mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no Decreto Municipal nº 52.100/2023 e no calendário de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços que estiver vigente. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na RIOSAÚDE, condicionado à respectiva aceitação definitiva do objeto.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da RIOSAÚDE.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviço(s) efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a RIOSAÚDE esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato, caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente executado e aceito.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da RIOSAÚDE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado a que a proposta se referir. O reajuste deverá observar o previsto nos arts. 127 a 129, e 132 do REGLIC.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial –IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, nos termos do art. 127 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Terceiro - O reajuste não será concedido automaticamente, dependendo de requerimento do interessado.

Parágrafo Quarto - Após decorridos 12 (doze) meses da apresentação do orçamento da contratação, a contratada terá direito à concessão de reajuste, mediante requerimento devidamente datado e assinado, acompanhado da respectiva memória de cálculo com os novos valores.

Parágrafo Quinto - Considera-se realizado o requerimento pelo interessado, por meio de:

I - Solicitação expressa de reajuste, por escrito, acompanhada da respectiva memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável;

II - Apresentação de proposta para a prorrogação, na qual conste memória de cálculo com os novos valores, datada e assinada pelo responsável.

Parágrafo Sexto - A memória de cálculo deverá apresentar o índice de reajuste e o percentual utilizado para a obtenção dos novos valores cobrados.

Parágrafo Sétimo - As solicitações de reajustes a que a contratada fizer jus serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

Parágrafo Oitavo - Os efeitos do reajuste retroagem à data da ocorrência da anualidade, desde que o requerimento referido no parágrafo quarto seja apresentado em até 60 (sessenta) dias da publicação do índice ajustado contratualmente, e ultrapassado esse prazo, serão concedidos a partir da solicitação, sem prejuízo do previsto no parágrafo sétimo.

Parágrafo Nono - Caso a prorrogação ou o encerramento do contrato ocorra antes da divulgação do índice de reajuste, a contratada, sob pena de preclusão, deverá ressaltar expressamente, e por escrito, o seu direito ao reajuste, anteriormente à formalização da prorrogação ou do término do contrato, cabendo solicitar o reajuste na forma do parágrafo quinto, após a sua divulgação do índice, observado o disposto no parágrafo oitavo.

Parágrafo Décimo - Se entre a data da apresentação do orçamento no certame licitatório e a

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

assinatura do contrato decorrer tempo superior a 12 (doze) meses, e a contratada apresentar solicitação para concessão de reajuste contratual referente a tal período, será cabível a concessão do reajuste, apenas se demonstrada a vantajosidade de tal concessão em detrimento de nova licitação.

Parágrafo Décimo Primeiro - A concessão do reajuste deverá levar em conta eventual revisão realizada, efetuando-se as devidas compensações.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso a CONTRATADA requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica a CONTRATANTE obrigada a responder em até 90 (noventa) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido, devendo ser observado o disposto nos artigos 134 e 135 do REGLIC.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90969/2024.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá ao fiscal ou à comissão designada por ato do Diretor da Diretoria cujas atribuições estejam inseridas no objeto do contrato. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de seguro garantia, no valor de R\$ 7.899,86 (sete mil, oitocentos e noventa e nove e oitenta e seis centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, de acordo as disposições dos arts. 147 a 151 do REGLIC.

Parágrafo Primeiro - A RIOSAÚDE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia, caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, e não se verifiquem créditos suficientes em nome da contratada, inclusive de fatura em aberto, para que sejam realizados os correspondentes descontos, conforme previsto no art. 164, §1º, do REGLIC. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAÚDE ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 70, § 1º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, I do REGLIC):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela RIOSAÚDE, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016 e art. 92 do Decreto Municipal nº. 44.698/18, observando-se o disposto nos arts. 147, 148, 150 e 151 do REGLIC, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 70, § 1º, II, da

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, II do REGLIC)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **90** (noventa) dias, no qual ocorrerá a apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar à CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – A apólice deverá conter cláusula prevendo que continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas, conforme disposto no art. 148, inciso II, do REGLIC.

Parágrafo Sétimo – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação da CONTRATANTE, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Oitavo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Nono – A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Décimo – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo Primeiro – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

com o art. 81 da Lei 13.303/2016, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, após a execução do contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC.

Parágrafo Décimo Terceiro – Nos contratos de execução continuada, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data da renovação ou do aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvada a hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da RIOSAÚDE, quando o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução pela RIOSAÚDE, conforme disposto no art. 148, parágrafo único do REGLIC.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 70, §1º, III, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 147, § 3º, III, do REGLIC):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **90** (noventa) dias, no qual ocorrerá a apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual - e a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 81 da Lei 13.303/2016, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato e o recebimento definitivo do seu objeto, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 151 do REGLIC.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e vigorará por 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Decreto Municipal nº. 44.698/18 e artigos 123 e 124 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, na forma do art. 71 da Lei 13.303/2016, artigo 82, III do Decreto Municipal nº 44.698/18, e do art. 121, inciso II, do REGLIC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos,

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão da RIOSAÚDE como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a RIOSAÚDE seja compelida a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

VIII - observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

IX – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) setor do órgão ou entidade

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

X – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela RIOSAÚDE no momento da contratação:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela RIOSAÚDE, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a RIOSAÚDE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX – observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores.

XXII - cumprir demais obrigações presentes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – realizar a fiscalização do objeto contratado.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento definitivo do objeto se dará mediante a avaliação de fiscal ou comissão designada pela autoridade competente, na forma dos artigos 143 a 146 do REGLIC, que constatará se a execução atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência, (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90969/2024), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos do recebimento provisório.

Parágrafo Primeiro – O recebimento provisório será realizado mensalmente pelo fiscal ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, na data do recebimento, conforme previsto no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Terceiro – O fiscal ou a comissão responsável pela fiscalização do contrato poderá rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que, a seu juízo, esteja em desacordo com o Contrato e/ou o Termo de Referência.

Parágrafo Quarto – O fiscal ou a comissão responsável pela fiscalização anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE da data da efetiva aceitação definitiva.

Parágrafo Sexto - Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos, no prazo previamente estipulado, a RIOSAÚDE poderá providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MATRIZ DE RISCOS

Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no CONTRATO, na PROPOSTA, nos ANEXOS DO EDITAL e no TERMO DE REFERÊNCIA constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do presente contrato. A alocação dos riscos decorrente de eventos supervenientes à assinatura deste contrato seguirá o disposto nos parágrafos primeiro a sexto desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro - Compete à CONTRATADA arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, não darão ensejo a aditivos contratuais ou alegações de desequilíbrio econômico-financeiro, salvo em caso de eventos extraordinários de relevante repercussão econômica assim reconhecidos pela RIOSAÚDE:

I – variação no valor dos insumos do serviço e/ou de peças ou componentes necessários a sua execução;

II – variação cambial;

III – erros na formulação da proposta;

IV – danos e/ou prejuízos causados a terceiros pela CONTRATADA e/ou seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela execução do objeto deste contrato;

V – adequação na tecnologia empregada na prestação do serviço;

VI – ocorrência de greves ou paralisações de empregados da CONTRATADA ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;

Parágrafo Segundo - Compete à RIOSAÚDE arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, deverão ser objeto de aditivos contratuais, devendo a CONTRATADA manter a

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

regular prestação do serviço:

I – modificação na execução do serviço que impacte no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato em decorrência de alteração superveniente na legislação de natureza cogente, e/ou de decisão judicial ou do Tribunal de Contas do Município específica e vinculativa à RIOSAÚDE;

II – fatos do príncipe e/ou fatos da administração que impactem no equilíbrio econômico financeiro deste contrato;

III – entrada ou saída de unidades de saúde sob a administração da RIOSAÚDE relacionadas ao objeto deste contrato;

IV – fatos provenientes de caso fortuito ou força maior que impactem no equilíbrio econômico financeiro deste contrato;

Parágrafo Quarto - A RIOSAÚDE poderá rescindir o contrato por razões de interesse público caso reste demonstrada que a manutenção do contrato não é vantajosa e poderá lhe causar prejuízos, sendo cabível a devida indenização à CONTRATADA se comprovada sua boa-fé e que não incorreu para a ocorrência da modificação contratual.

Parágrafo Quinto - São considerados de caso fortuito ou força maior os eventos assim definidos pela legislação aplicável, disposta na Cláusula Primeira deste Contrato. Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado à CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Parágrafo Primeiro - Em situações que caracterizem perigo ou risco iminente de lesão ao

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

interesse público ou à segurança de bens, pessoas e serviços, a RIOSAÚDE poderá, motivadamente, como providência acautelatória, proceder à suspensão cautelar do contrato, que prescindirá de defesa prévia, garantindo-se o contraditório após a correspondente notificação, observando-se o procedimento do artigo 168 do REGLIC.

Parágrafo Segundo - Na suspensão cautelar, a notificação poderá determinar a desmobilização do serviço.

Parágrafo Terceiro - A suspensão cautelar do contrato não afasta a aplicação das penalidades previstas na cláusula décima sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a RIOSAÚDE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 160 e 162 do REGLIC/RS:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Suspensão dos direitos de participar dos procedimentos para licitação e de contratar com a RIOSAÚDE pelo prazo de até 02 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro – O procedimento de aplicação de sanções deverá observar o disposto nos artigos 165 a 168 do REGLIC.

Parágrafo Segundo – A aplicação da sanção de multa observará os seguintes parâmetros nos termos do art. 161 e 162 do REGLIC:

- 1) Multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;
- 2) Multa moratória de até 0,3 (três décimos por cento) por dia, sobre o valor total da contratação, em caso de atraso na execução, por período superior ao previsto no subitem

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

anterior;

3) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será considerada a inexecução parcial ou total do objeto contratual, hipótese em que poderá ser realizada a rescisão do contrato, por ato unilateral da RIOSAÚDE, ou acordo entre as partes, nos termos dos artigos 156, incisos III e IV e 161, §1º do REGLIC, sem prejuízo da aplicação da multa moratória e da possibilidade de rescisão ou cancelamento da nota de empenho ou outro instrumento equivalente por atraso em prazo inferior;

4) Multa sancionatória equivalente a até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, quando constatadas irregularidades de média gravidade ou baixa gravidade em caráter reiterado;

5) Multa sancionatória equivalente a até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, por obrigação contratual descumprida, pela inexecução parcial do contrato, quando constatadas irregularidades de alta gravidade;

6) Multa sancionatória equivalente a até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, pela inexecução total do contrato;

7) O descumprimento parcial ou integral de disposições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e/ou Contrato serão considerados inadimplementos suscetíveis de multa proporcionais;

8) A critério dos servidores responsáveis pela aplicação da multa, mediante justificativa, também poderão ser utilizadas como base de cálculo para a aplicação da multa, o valor da parcela, o valor do saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida.

9) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as demais formalidades legais, conforme art. 83, § 2º da Lei

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

13.303/2016 e art. 167, inciso IV do REGLIC, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto - O prazo para a resposta à Notificação formal ao interessado, informando das medidas a serem tomadas para regularização da execução do objeto será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, no caso de serviço essencial que não possa ficar descoberto, na forma do art. 167, §1º do REGLIC.

Parágrafo Quinto – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, nas hipóteses previstas no art. 157 e 158 do REGLIC.

Parágrafo Sexto - As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sétimo – As multas aplicadas poderão ser compensadas imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a CONTRATADA a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação no certame.

Parágrafo Oitavo - As multas aplicadas deverão ser executadas observando a seguinte ordem de preferência:

- quitação do valor da penalidade mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela RIOSAÚDE no ato da notificação para pagamento, no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis, justificadamente, contados da data de notificação;
- desconto dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, ainda que de outras contratações com o Contratado;
- desconto da garantia prestada no respectivo contrato e;
- procedimento judicial.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Se a multa aplicada for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela RIOSAÚDE à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, cabendo à Contratada arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo Décimo Primeiro – A RIOSAÚDE suspenderá os pagamentos devidos ao Contratado até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da RIOSAÚDE, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Segundo – As hipóteses previstas nos parágrafos sétimo e décimo primeiro estão condicionadas à prévia notificação da Contratada para se manifestar a respeito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, preferencialmente por meio eletrônico com confirmação de recebimento, a fim de lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Décimo Quinto – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, e “b” do caput desta Cláusula é da competência da Diretoria de Administração e Finanças, e da alínea “c” do caput desta Cláusula da Presidência da RIOSAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, observando as disposições dos arts. 165 a 168 do REGLIC:

- a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação em D.O da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do caput da Cláusula anterior;
- b) Recurso a ser interposto perante o titular da Diretoria a qual estiver vinculado o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) Pedido de Reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, nos casos em que não couber recurso hierárquico;

Parágrafo Único – O recurso a que alude a alínea “a” do caput da presente Cláusula será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO

A CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral e escrito da RIOSAÚDE, assegurada a prévia defesa, na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 156 e 157 do REGLIC e no art. 529, do RGCAF, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de extinção por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato, ou ainda, sobre o saldo não atendido do contrato, o valor do empenho, ou o valor da obrigação inadimplida, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sétima, caput, alínea “b”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório E poderá ser compensada imediatamente com valores devidos à CONTRATADA, autorizando a CONTRATADA a realização dos descontos pertinentes a fim de realizar o pagamento da multa, sendo a autorização prevista no art. 164, §1º, do REGLIC conferida com a participação no certame.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, na forma do art. 158, §3º do REGLIC, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido a contratada.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

Parágrafo Oitavo - A RIOSAÚDE poderá aplicar a rescisão sumária do contrato quando houver perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público ou à segurança de bens, pessoas e serviços, hipóteses em que o prazo para exercício do contraditório e da ampla defesa será concedido a contar da notificação dos respectivos atos.

Parágrafo Novo - A rescisão sumária do Contrato não afasta a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Sétima.

Parágrafo Décimo - Os efeitos da rescisão do Contrato serão operados a partir da comunicação escrita da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação é permitida mediante a prévia e expressa anuência por escrito da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, até o limite admitido de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA apresentará, a qualquer momento, à RIOSAÚDE documentação que comprove a capacidade técnica relacionada ao objeto subcontratado, habilitação jurídica, fiscal, e regularidade trabalhista e previdenciária do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Terceiro - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da RIOSAÚDE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Processo nº RSU-PRO-2024/09006	
Data da autuação:	Fls.
Rubrica	
	Nº 130/2024

Parágrafo Quarto – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 120, caput do REGLIC, às expensas da CONTRATADA, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art.120, parágrafo único, do REGLIC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foram

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução do serviço objeto deste Contrato correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024.

ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA
EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE

CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO
WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA

Testemunha

Testemunha

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

ANEXO I

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO													
Processo	Unidades	Período/ Competência											
		jan.-25	fev.-25	mar.-25	abr.-25	mai.-25	jun.-25	jul.-25	ago.-25	set.-25	out.-25	nov.-25	dez.-25
RSU-PRO-2024/09006	ANEXO II	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24
		R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24
		VALOR TOTAL DO CONTRATO:											
		R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 14.296,24	R\$ 343.109,76

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

ANEXO II

UNIDADE	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTO
HOSPITAL MUNICIPAL DO ANDARAÍ	Rua Leopoldo, 280 - Andaraí, Rio de Janeiro - RJ, 20541-170	8
SMS UPA 24H DEL CASTILHO	Rua Lago Verde, s/n - Inhaúma - Rio de Janeiro - RJ - 21051-360	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO LORETO	Rua Taifeiro Osmar de Moraes, 26 - Galeão - Rio de Janeiro - RJ - 21941-410	1
SMS INST DE MEDICINA VETERINÁRIA JORGE VAITSMAN	Avenida Bartolomeu de Gusmão, 1120 Mangueira - Rio de Janeiro - RJ - 20941-160	1
SMS UPA 24H CIDADE DE DEUS	Rua Edgard Werneck, s/n - Freguesia - Rio de Janeiro - RJ - 22763-011	1
HMAT LEILA DINIZ	Avenida Luís Carlos Prestes, 560 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 22631-004	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL LOURENÇO JORGE	Avenida Ayrton Senna, 2.000 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 22793-000	2
SMS COORD DE EMERGÊNCIA REGIONAL CER BARRA	Avenida Ayrton Senna, 2.000 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 22775-003	2
SMS HOSPITAL MUNICIPAL RAPHAEL DE PAULA SOUZA	Estrada de Curicica, 2000 - j - Curicica - Rio de Janeiro - RJ - 22780-194	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO	Rua Mário Ribeiro, 117 - Gávea - Rio de Janeiro - RJ - 22430-160	2
RIOSAUDE - SEDE	Rua Dona Mariana, 48 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - 22280-020	2
SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA MAIA	Rua General Severiano, 91 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - 22290-040	1
SMS COMPLEXO BOTAFOGO / INAD	Avenida Pasteur, 44 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - 22290-240	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 2.1 e SMS INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL	Avenida Venceslau Brás, nº 65 – Fundos – Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - 22290-140	1
SMS CF RINALDO DE LAMARE e SMS MATERNIDADE DA ROCINHA	Estrada da Gávea, 522 - São Conrado - Rio de Janeiro - RJ - 22610-095	1
SMS UPA 24H ENGENHO DE DENTRO	Rua Bernardo, s/n - Engenho de Dentro Rio de Janeiro - RJ - 21310-200	1

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

SMS HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE	Rua da Capela, 96 - Piedade - Rio de Janeiro - RJ - 20740-310	1
SMS INSTITUTO NISE DA SILVEIRA	Rua Ramiro Magalhães, 521 - Engenho de Dentro - Rio de Janeiro - RJ - 20730-460	1
SMS VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE DE ZONOSSES	R. do Lavradio, 180 - Lapa, Rio de Janeiro - RJ, 20230-070	2
SMS HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR	Praça da República, 111 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20211-350	3
SMS COMPLEXO REGULADOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	Praça da República, 111 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20211-340	1
RIOSAUDE - APOIO SEDE (CASS- PREFEITURA)	Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco 1 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ - 20211-901	1
SMS UPA 24H COSTA BARROS	Estrada de Botafogo, s/n - Costa Barros - Rio de Janeiro - RJ - 21532-200	1
SMS UPA 24H ROCHA MIRANDA	Estrada do Barro Vermelho, s/n - Rocha Miranda - Rio de Janeiro - RJ - 21540-500	1
SMS UPA 24H MADUREIRA	Praça dos Lavradores, s/n - Campinho - Rio de Janeiro - RJ - 21310-200	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO DA SILVA TELLES	Avenida Ubirajara, 25 - Irajá - Rio de Janeiro - RJ - 21230-300	2
SMS UPA 24H PACIÊNCIA	Estrada Santa Eugênia, s/n - Paciência - Rio de Janeiro - RJ - 23585-130	1
SMS UPA 24H JOÃO XXIII	Avenida João XXIII, S/N - Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ - 23570-000	1
SMS UPA 24H SEPETIBA	Rua Rafael Pereira, SN - Sepetiba - Rio de Janeiro - RJ - 23585-130	1
SMS UPA 24H SENADOR CAMARÁ	Avenida de Santa Cruz, 6.486 - Senador Camará - Rio de Janeiro - RJ - 21830- 264	1
SMS UPA 24H VILA KENNEDY	Avenida Guianas, s/n - Vila Kennedy - Rio de Janeiro - RJ - 20211-901	1
SMS CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES	Largo do Bodegão, 150 – Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ - 23.550-050	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA	Avenida Cesário de Melo, nº 3215 - Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ - 23050-101	4
SMS COORD DE EMERGÊNCIA REGIONAL CER CAMPO GRANDE	Avenida Cesário de Melo, nº 3215 - Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ - 23050-101	2
SMS UPA 24H MAGALHÃES BASTOS	Rua Prof. José Rodrigues, s/nº - Magalhães Bastos - Rio de Janeiro - RJ - 21745-290	1

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

SMS MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING	Rua Jorge Schmidt, 331 - Marechal Hermes - Rio de Janeiro - RJ - 21610-645	1
SMS MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES	Rua General José Cristino, 87 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ - 20921- 400	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 3.2 e SMS MATERNIDADE CARMELA DUTRA	Rua Aquidabã, nº 1037 – Lins de Vasconcelos - Rio de Janeiro - RJ - 20720-292	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL BARATA RIBEIRO	Rua Visconde de Niterói, 1.450 - Mangueira - Rio de Janeiro - RJ -20943-1	1
SMS MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO	Avenida Ministro Edgard Romero, 276 - Madureira - Rio de Janeiro - RJ - 21360-200	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 10.976 - Acari - Rio de Janeiro - RJ - 21531-010	8
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 2.2	Rua Conde de Bonfim, 764 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 20530-002	1
SMS POLICLÍNICA HELIO PELLEGRINO	Rua do Matoso, 96 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 20270-132	1
SMS CAPSIII CLARICE LISPECTOR	Rua Dois de Fevereiro, 785A - Encantado - Rio de Janeiro - RJ - 20730- 451	1
SMS CMR OSCAR CLARK	Rua General Canabarro, 345 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - 20271-202	1
SMS CAPS AD MANE GARRINCHA	Rua Jurupari, 8 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 20520-051	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO	Rua Arquias Cordeiro, 370 - Méier - Rio de Janeiro - RJ -20770-000	2
SMS HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	Rua Oito de Dezembro, 717 - Vila Isabel - Rio de Janeiro - RJ - 20550-200	1
CENTRO DE TREINAMENTO DO HUMAITÁ - IVISA-RIO	Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá - Rio de Janeiro - RJ - 22261-080	1
SMS CMS MANOEL JOSE FERREIRA	Rua Silveira Martins, 161 - Catete - Rio de Janeiro - RJ - 22221-000	1
SMS CMS JOAO BARROS BARRETO	Rua Tenreiro Aranha, s/n - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - 22031-090	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 1.0	Rua Evaristo da Veiga, 16 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20031-040	1
SMS POLICLINICA ANTONIO RIBEIRO NETTO	Avenida Treze de Maio, 23 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20031-007	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL ÁLVARO RAMOS	Avenida Adauto Botelho, S/N - Taquara - Rio de Janeiro - RJ - 22713-550	1

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 4.0	Avenida Ayrton Senna, 2001 - BL C - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - 22775-002	1
SMS IMAS JULIANO MOREIRA	Estrada Rodrigues Caldas, 3.400. Taquara - Rio de Janeiro - RJ - 22713-550	1
SMS POLICLINICA NEWTON BETHLEM	Rua Barão 260 Praça Seca - Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ - 21321-620	1
CF FELIPPE CARDOSO	Avenida Nossa Senhora da Penha, 42 - 3º andar - Penha - Rio de Janeiro - RJ - 21070-390	1
PAM ALBERTO BORGERTH (OTICS	Rua Manoel Martins, 53 - Madureira - Rio de Janeiro - RJ - 21310-240	1
SMS POLICLINICA RODOLPHO ROCCO	Estrada Adhemar Bebiano, 339 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ - 21050-454	1
SMS CAPS RUBENS CORRÊA	Rua Capitão Aliatar Martins, 231 - Irajá - Rio de Janeiro - RJ - 21235-515	1
CF MEDALHISTA OLÍMPICO ARTHUR ZANETTI (OTICS CAMPO GRANDE)	Avenida Marechal Dantas Barreto, s/nº - Campo Grande - Rio de Janeiro - 23090-300	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 5.2	Estrada do Campinho, 2851 - Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ - 23070- 221	1
SMS POLICLINICA CARLOS ALBERTO NASCIMENTO	Praça Major Vieira de Melo, 0 - S/N - Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ - 23045-405	1
CF WALDEMAR BERARDINELLI (OTICS SEPETIBA)	Rua Trotadores Frederico, s/nº - Sepetiba - Rio de Janeiro - RJ - 23530-765	1
SMS CAPS SIMÃO BACAMARTE	Avenida Senador Camará, 224 - Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ - 23570-160	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 5.3 e SMS POLICLINICA LINCOLN DE FREITAS FILHO	Rua Álvaro Alberto, nº 601 – Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ - 23550-000	1
CF OLÍMPIA ESTEVES (OTICS PADRE MIGUEL)	Rua Olímpia Esteves, s/nº - Realengo - Rio de Janeiro - RJ - 21775-004	1
SMS POLICLINICA MANOEL GUILHERME (PAM BANGU)	Avenida Ribeiro Dantas, 571 - Bangu - Rio de Janeiro - RJ - 21870-170	1
SMS COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA 5.1	Avenida Carlos Pontes, s/n - Jardim Sulacap - Rio de Janeiro - RJ - 21741-340	1
SMS CASA DE PARTO DAVID CAPISTRANO FILHO	Avenida Pontalina, s / nº - Realengo - Rio de Janeiro - RJ - 21710-120	1
SMS HOSPITAL MUNICIPAL PAULINO WERNECK	Estrada da Cacuia - Cacuia - Rio de Janeiro - RJ - 21921-000	1
TOTAL DE EQUIPAMENTOS		99

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024.

ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA
EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE

CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro – RioSaúde

Processo nº RSU-PRO-2024/09006		
Data da autuação:		Fls.
Rubrica		
		Nº 130/2024

WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA



Documento assinado eletronicamente por: JONATAS DE FREITAS SIMÕES CARDOSO, CPF/CNPJ nº 142.220.627-07, como Testemunha.

Assinado em: 19/12/2024, às 15:56, através do e-mail jonatas.riosauade@gmail.com, pelo ip 177.38.97.51



Documento assinado eletronicamente por: 045.143.419-67, CPF/CNPJ nº 045.143.419-67, como Contratada.

Assinado em: 20/12/2024, às 09:49, através do e-mail contratos@binartech.com.br, pelo ip 177.128.228.215



Documento assinado eletronicamente por: LUCAS GOMES SUDRÉ, CPF/CNPJ nº 174.148.887-70, como Testemunha.

Assinado em: 20/12/2024, às 12:14, através do e-mail lucassudre.riosauade@gmail.com, pelo ip 177.38.97.51



Documento assinado eletronicamente por: ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA, CPF/CNPJ nº 012.749.716-16, como Contratante.

Assinado em: 20/12/2024, às 12:06, através do e-mail robertorangelalvessilva@gmail.com, pelo ip 2804:18:4843:f675:4440:c961:36a7:6f81



O processo de acolhimento das assinaturas foi finalizado em: 20/12/2024, às 12:06, onde todos os envolvidos assinaram eletronicamente este documento.

A autenticidade do documento pode ser verificada no site: <https://signgov.com.br/verificaautenticidade>, informando o processo: 2024.41312321703 e o código: 2NE658K8

		NÚMERO NOTA 30096	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		DATA E HORA DA EMISSÃO 24/07/2025 - 08:34:51	
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683240725083451260107865172025077324548			
COMPETÊNCIA 24/07/2025	NÚMERO DO RPS 30324	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	
NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30096		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) RIO DE JANEIRO	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL NOTASFISCAISB@BIOFINGER.COM.BR
TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL EMPRESA PUBLICA DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAUDE			
ENDEREÇO RUA DONA MARIANA, 48, BOTAFOGO			
MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			
COMPLEMENTO		TELEFONE 2088-0633	
CNPJ 19.402.975/0001-74	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL gabinete.riosaudef@gmail.com	
DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Contrato nº 130/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 908969/2024 Ref. Empenho nº2025NE000220 Ref. 07/2025			
Quantidade: 99,00 Valor Unitário: R\$ 60,05 Desconto: R\$ 0,00 Total Liquido: R\$ 5.944,95			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Contrato nº 130/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 908969/2024 Ref. Empenho nº2025NE000220 Ref. 07/2025			
Quantidade: 1,00 Valor Unitário: R\$ 8.351,29 Desconto: R\$ 0,00 Total Liquido: R\$ 8.351,29			
TOTAIS DA NFS-E			
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 14.296,24	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 14.296,24
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 428,89	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00
Total Liquido da NFSe: 14.296,24			
RETENÇÕES FEDERAIS			
IMPOSTO DE RENDA 0,00	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00
INSS 0,00		OUTRAS RETENÇÕES 0,00	
OUTRAS INFORMAÇÕES			
REFERENTE A OS: 33091 Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7			

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fim exclusivo de participação em licitação, que a empresa **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.786.517/0001-01, estabelecida à Rua São Paulo, nº 909, Sala 601 – 6º Andar, Ed. Com. Espelho das Águas, Centro, em Marechal Cândido Rondon/PR presta a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – **RIOSAUDE**, inscrita no CNPJ sob o número 19.402.975/0001-74, os serviços abaixo relacionados:

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Total
Locação de registradores de ponto eletrônico	99	R\$ 60.05	R\$ 5.944,95	R\$ 142.678,80
Cessão de direito de uso de software (por colaborador)	20.369	R\$ 0.41	R\$ 8.351,29	R\$ 200.460,96
Valor Global da Proposta				R\$ 343.109,76

O valor do contrato é de R\$ 343.109,76 (trezentos e quarenta e três mil, cento e nove reais e setenta e seis centavos), no período de 01/01/2025 a 31/12/2026.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente.

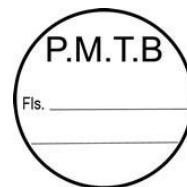
Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

SAVANA PRESSI
Diretora de Gestão de Pessoas
Matr. 66/055.743-9
RIOSAUDE

Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A
CNPJ nº 19.402.975/0001-74



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

CONTRATO Nº 371/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2024
PROTOCOLO Nº 585978/2024

PUBLICADO

Edição nº: _____

Data: ____/____/____ Pág. ____
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ FIRMAM DE
UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO
BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE
OUTRO LADO WORKSERV
DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE
SOFTWARES LTDA, CONFORME AS
CLÁUSULAS ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **MARCIO ARTUR DE MATOS**, brasileiro, divorciado, profissional liberal, portador do Registro de Identidade Civil n.º 5.166.678-0 SSP-PR e do CPF/MF n.º 652.299.678-20, residente e domiciliado nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 10.786.517/0001-01, com endereço na RUA: São Paulo Nº: 909 BAIRRO: Centro, sala 601, 6º Andar, Ed. Com. Espelho das Águas, CEP: 85960-142 CIDADE: Marechal Cândido Rondon (PR), neste ato representada por **CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. **Locação de registrador eletrônico de ponto (REP) de biometria facial e software gestão de registro eletrônico de ponto**, com cessão de uso de sistema de controle de frequência de entrada e saída de servidores públicos municipais, contemplando fornecimento dos softwares para gestão: monitoramento de conectividade, comunicador, Service Desk e Chat, aplicativo para registro via celular e tablet, portal de consulta do Espelho Ponto e capacitação de servidores, fornecimento de equipamentos de backup, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, importação do banco de dados atual, garantia de funcionamento, suporte técnico e visitas mensais in loco, conforme especificações, quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras e descrição abaixo, nas condições estabelecidas nesse documento e conforme termo de referência.

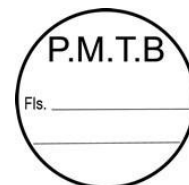
1.2. Objeto da contratação:

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo unitário
1	Locação de Registrador Eletrônico de Ponto (REP) de biometria Facial nas seguintes especificações mínimas: Leitor de cartão RFID; Reconhecimento facial de no mínimo 30cm entre a face do colaborador e o equipamento; Dispositivo para identificação de faces: prova de vida; Tempo de resposta para reconhecimento facial de no máximo 1 segundo; Sistema de importação e exportação de dados via porta USB; Capacidade de armazenamento: 6.000 registros ou superior; Possibilidade de cadastro: 1.000 servidores ou superior; Dispositivo de alerta sonoro para interação com o usuário na marcação do ponto;	12	MES	R\$7.015,00





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ**



Poder Executivo

	Interface de comunicação Wi-Fi e ethernet de 10/100 Mbits utilizando protocolo TCP/IP; Fonte de alimentação: Automática de 90 a 240 VAC ; Tela LCD: sensível ao toque; Display: 4,3" ou superior; Tensão: Bivolt. De acordo com o Termo de Referência.			
2	Locação de software para a gestão dos equipamentos de Registro Eletrônico de Ponto. Incluindo cessão de uso mensal, comunicação com os relógios, monitoramento de conectividade, service desk e chat; aplicativo para registro via celular e tablet, integração com a folha de pagamento, atualizações e garantias de funcionamento. Conforme Termo de Referência.	12	MES	R\$3.651,66

VALOR TOTAL DA EMPRESA: R\$ 127.999,92

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. Processo Licitatório;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados em conformidade às disposições contidas no Termo de Referência e orientações das Secretarias Municipais.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

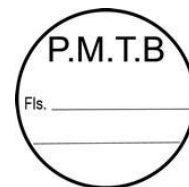
4.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (E-mail e WhatsApp);

4.4. O fiscal de contrato ou instrumento equivalente poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

4.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente o gestor do contrato ou instrumento equivalente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

4.6. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29203 e 29216, ambos de 2023);

4.7. A gestão e a fiscalização serão realizadas em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023;

4.8. A Gestão da contratação será exercida pelo servidor **Harrison Andretta Moraes**, Matrícula 10492, denominado GESTOR;

4.9. A fiscalização será exercida pelo servidor **Eduardo Carmello de Oliveira**, Matrícula 11477, denominado FISCAL;

4.10. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente e neste termo de referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração municipal;

4.11. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente anotará no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021;

4.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;

4.13. O fiscal do contrato ou instrumento equivalente informará ao gestor do contrato ou instrumento equivalente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

4.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprezadas, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou instrumento equivalente;

4.15. O gestor do contrato ou instrumento equivalente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato ou instrumento equivalente para fins de atendimento da finalidade da Administração municipal;

4.16. O gestor do contrato ou instrumento equivalente acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou instrumento equivalente, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

4.17. O gestor do contrato ou instrumento equivalente emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

4.18. O gestor do contrato ou instrumento equivalente tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

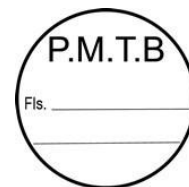
4.19. O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

DA INSTALAÇÃO DOS SOFTWARES E EQUIPAMENTOS:

4.20. A equipe de instalação da empresa Contratada, deverá obrigatoriamente, vir com pessoal técnico e especializado, de seu próprio quadro de funcionários, devidamente equipada com os instrumentos e todos os materiais necessários para a execução das instalações dentro do prazo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

de conclusão da instalação, bem como apresentar-se devidamente uniformizados e com o EPI – Equipamento de Proteção Individual adequado;

4.21. Os serviços da empresa Contratada, na instalação e configuração do software comunicador com os equipamentos deve ser acompanhado pelos técnicos de TI – Tecnologia da Informação e por servidor designado pela Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba-PR;

4.22. O servidor responsável pelo acompanhamento receberá o treinamento para efetuar outros cadastros das biometrias faciais para novos servidores, ou seja, receberá o treinamento para operacionalização de novos cadastros necessários;

4.23. Todos os locais listados para instalação de equipamentos devem apresentar pontos de rede elétrica e dados, sendo de responsabilidade da Contratante;

4.24. Todos os locais deverão ter endereço IP/MÁSCARA DE SUB REDE/GATEWAY definido na data da instalação, que será atribuído para cada equipamento;

4.25. A entrega e instalação dos equipamentos, deverá ser feita por funcionários da própria empresa vencedora da licitação no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato e/ou do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho, junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba-PR, no horário das 08h às 11h00min e das 13h às 17h00min;

4.26. A entrega do(s) software(s), com a importação de dados, deverá ser feita pela empresa vencedora da licitação no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Compra na sede da Divisão de Recursos Humanos, situada à Rua Tiradentes, 500 – Centro, no horário normal de expediente, das 8h às 11h30min e das 13h às 17h30min.;

4.27. Os serviços para instalação e configuração do sistema e integração com os equipamentos devem considerar as seguintes atividades: acompanhamento pelos técnicos de TI – Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal e do Fiscal do Contrato;

4.28. A instalação, implantação e treinamento da solução deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a conclusão de entrega e instalação dos equipamentos;

Do Prazo e Local De Entrega

4.29. A entrega e instalação dos equipamentos, deverá ser feita por funcionários da própria empresa vencedora da licitação no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato e/ou do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho, junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba-PR, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 17h30min;

4.30. A instalação, implantação e treinamento da solução deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a conclusão de entrega e instalação dos equipamentos;

4.31. A locação dos equipamentos será pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato e por tratar-se de serviço continuado, dar-se-á por quantas vezes possíveis nos termos da Lei n. 14.133/2021 e no interesse da Administração Pública.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

4.32. Os custos de alimentação, estadia, deslocamento do técnico responsável pelo Manutenção/Treinamento ocorrerão por conta da contratada.

O suporte técnico aos softwares e equipamentos, durante a permanência do contrato deverá contemplar:

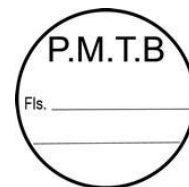
4.33. Atualização de versões;

4.34. Suporte presencial no máximo em 24 (vinte quatro) horas após o chamado, remoto ou por telefone em um prazo máximo de 2 (duas) horas após a abertura do chamado;

4.35. Na Sede da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba -PR e nas unidades da Prefeitura, uma vez que os equipamentos que apresentem defeitos devem ser consertados ou substituídos em até 24 (vinte quatro) horas após a abertura do chamado técnico de forma ONSITE;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

4.36. Durante o período de vigência do contrato, todas as adaptações na solução que forem implantadas, deverão ser precedidas do treinamento necessário ao bom uso do sistema;

4.37. A mão de obra para manutenção preventiva e corretiva deve ser realizada por pessoas especializadas do quadro próprio de funcionários da Contratada.

Do suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva, atualizações, garantia de funcionamento e equipamento de backup

4.38. Alerta ao Software de tratamento quanto as atualizações de versões;

4.39. Suporte remoto ou telefone em um prazo máximo de 2 (duas) horas após a abertura do chamado e 24 (vinte quatro) horas para atendimento presencial;

4.40. Realização de no mínimo uma visita mensal *in loco*;

4.41. Manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos e software, equipamentos de backups para substituição imediata dos equipamentos que apresentem defeitos, sem custos adicionais;

4.42. Prestar assistência técnica para todo e qualquer defeito de fabricação ou desgaste natural dos equipamentos ou intercorrências do software, realizando se necessário a reinstalação;

4.43. Substituição definitiva de equipamentos quando necessário: na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba-PR e nas Unidades da Prefeitura, para os equipamentos que apresentem defeito, devem ser consertados ou substituídos em até 24 (vinte quatro) horas após a abertura do chamado técnico de forma ONSITE;

4.44. Disponibilizar suporte técnico para utilização dos softwares, de segunda a sexta-feira das 08h às 11h30min e das 13h às 17h30min, por atendimento via telefone, e-mail, Service Desk e chat e demais acessos remotos, ou quando solicitado pela contratante, num prazo máximo de 24h, pessoalmente por um técnico qualificado da contratada e outros meios de comunicação que facilite a solução de dificuldades eventuais na configuração e utilização;

4.45. Durante o período de vigência do contrato, todas as adaptações na solução que forem implantadas, deverão ser precedidas do treinamento necessário ao bom uso do sistema e sem custo adicional;

4.46. Adaptações e particularidades na solução que forem implantadas, não deverão ter custos adicionais;

4.47. Garantia de funcionamento de toda a solução;

4.48. Os custos de alimentação, estadia, deslocamento do técnico responsável pelo Manutenção/Treinamento ocorrerão por conta da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR

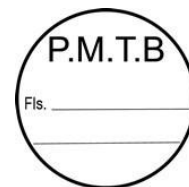
6.1. O valor total da contratação é de **R\$ 127.999,92 (cento e vinte e sete mil, novecentos e noventa e nove reais, noventa e dois centavos).**

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

CLÁUSULA SETIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

I. Os bens serão recebidos provisoriamente em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação se os serviços executados estão em conformidade com as especificações do Contratante, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

II. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

III. O recebimento definitivo ocorrerá após o prazo acima mencionado, desde que os serviços tenham sido executados em conformidade as especificações do Contratante ou tenha sido devidamente adequado e consequente aceitação mediante termo detalhado;

IV. O prazo para recebimento provisório poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

V. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

VI. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

VII. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

IV. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

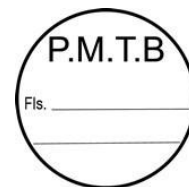
Prazo de pagamento

I. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 5 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

- I. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- II. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- III. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- IV. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- V. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

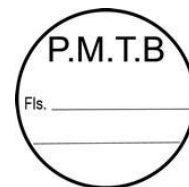
- 9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 9.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M – (Índice Geral de Preços), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.9. A formalização de termo aditivo, com a manutenção das demais cláusulas em vigor, sem ressalvas em relação ao reajustamento de preços, bem como o término da vigência do contrato, sem que o contratado tenha pleiteado o reajuste, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis no período.
- 9.10. O disposto no item 9.9 não impede o contratado de pleitear os reajustes futuros, se houver, respeitada a data base e periodicidade definidas nos itens 9.1 e 9.2

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

- e) Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- k) Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a manutenção e funcionamento dos equipamentos e softwares;
- l) Efetuar o pagamento a empresa vencedora no prazo estipulado neste edital;
- m) Inspecionar o processo de instalação dos equipamentos e instalação dos softwares;
- n) Após contratação indicar o local de instalação dos equipamentos fornecendo as condições de ponto de energia elétrica e ponto de rede;
- o) Indicar os funcionários que receberão treinamento para utilização da solução;
- p) Disponibilizar os equipamentos e local para treinamento dos servidores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato, gestor do contrato ou autoridade superior;

11.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

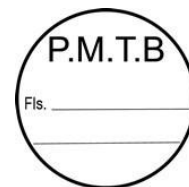
11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Unificado, do Portal Nacional de Contratações e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme disciplinado no Decreto Municipal nº. 29219, de 2023, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia XX do mês seguinte ao da prestação dos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.21. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

11.22. Pleitear os reajustes cabíveis, respeitadas as regras previstas na cláusula nona deste contrato.

11.23. Substituir os equipamentos que apresentarem problemas, quando necessário;

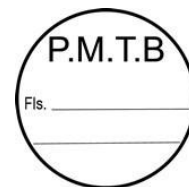
11.24. Prestar assistência técnica para todo e qualquer defeito de fabricação ou desgaste natural dos equipamentos ou intercorrências do software, realizando, se necessário, a reinstalação;

11.25. Realizar treinamento de servidores para utilização do software, sem custos adicionais, que serão indicados pela Contratante;

11.26. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, produto(s) que não atenda(m) as especificações contidas no Edital sob pena de nulidade da licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - multa: moratória ou compensatória;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.

12.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

12.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

12.6. A Administração municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

12.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

12.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

12.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

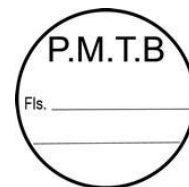
13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. Este contrato poderá ser extinto:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração municipal, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração municipal e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;
- c) determinada por decisão judicial.

13.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

13.11. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

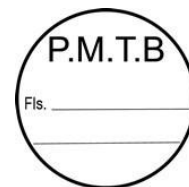
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

14.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Secretaria Municipal de Administração						
Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

Secretaria Municipal de Administração						
Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
LOCAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO BIOMETRIA FACIAL						
2024	122	06	004	2021	3390.4001	0000
LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PONTO						
2024	122	06	004	2021	3390.4008	0000

Secretaria Municipal de Educação						
Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
LOCAÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO BIOMETRIA FACIAL						
2024	122	11	002	2091	3390.4001	104
2024	361	11	004	2301	3390.4001	104
2024	365	11	005	2302	3390.4001	103
LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DE PONTO						
2024	122	11	002	2091	3390.4008	104
2024	361	11	004	2301	3390.4008	104
2024	365	11	005	2302	3390.4008	103

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ENCARGOS

15.1. Correrá à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao **CONTRATANTE**, isentando o **CONTRATANTE** de tais ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

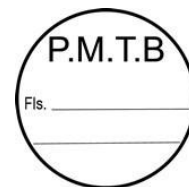
17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Poder Executivo

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, 19 de novembro de 2024.



Assinado digitalmente por:
MARCIO ARTUR DE MATOS
652.299.678-20
22/11/2024 13:48:01

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

Estado do Paraná

CNPJ: 76.170.240/0001-04

Marcio Artur de Matos

Prefeito

**CARLOS
EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:0451
4341967**

Assinado digitalmente por CARLOS
EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, OU=26182271000107, OU=
Videoconferencia, OU=Certificado PF A1,
CN=CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.11.19 17:16:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

**WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE
SOFTWARES LTDA**

CNPJ nº 10.786.517/0001-01

Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo

Representante Legal



Assinado eletronicamente por:
**HARRISSON ANDRETTA DE
MORAES**
046.707.539-59
21/11/2024 12:48:11

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Harrison Andretta Moraes

Matricula 10492

Gestor do Contrato



**EDUARDO CARMELO DE
OLIVEIRA**
21/11/2024 13:33:30

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Eduardo Carmello de Oliveira

Matricula 11477

Fiscal do Contrato

Testemunhas:



RODRIGO OTAVIO SAFRAITER
Agente Administrativo
21/11/2024 13:40:59

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Rodrigo Otavio Safraiter

Matricula 10321



Assinado digitalmente por:
**AURIÉRICO DOS SANTOS
DA SILVA**
078.328.949-97
21/11/2024 12:32:23


Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Auriérico dos Santos da Silva

Matricula 10255

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA		30813	
			DATA E HORA DA EMISSÃO		17/09/2025 - 08:51:12	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO		7683170925085113630107865172025097325915	
COMPETÊNCIA		17/09/2025	NÚMERO DO RPS		31047	
SITUAÇÃO DA NFS-E						AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30813		AUTORIZADA			
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO		LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)		LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível		TELEMACO BORBA		MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)					
	NOME / RAZÃO SOCIAL				
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA				
	ENDEREÇO				
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO				
	MUNICÍPIO				
MARECHAL CÂNDIDO RONDON					
COMPLEMENTO					TELEFONE
SALA 913, TÉRREO					45 3254-0570
CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		E-MAIL	
10.786.517/0001-01		23407185		FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)					
NOME / RAZÃO SOCIAL					
MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA					
ENDEREÇO					
RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO					
MUNICÍPIO					
TELEMACO BORBA					
COMPLEMENTO					TELEFONE
					3127-8000
CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		E-MAIL	
76.170.240/0001-04					

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)					
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Sec. de Educação					
Ref. Contrato nº 371/2024					
Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024					
Ref. Empenho nº 3471/2025					
07/12					
Quantidade: 1,00 Valor Unitário: R\$ 764,80 Desconto: R\$ 0,00 Total Liquido: R\$ 764,80					


TOTAIS DA NFS-E							
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)		VALOR DEDUÇÃO		DESCONTO INCONDICIONADO		BASE DE CÁLCULO ISS	
803,36		0,00		0,00		803,36	
ALÍQUOTA ISS (%)		VALOR DO ISS		VALOR DO ISS RETIDO		DESCONTO CONDICIONADO	
3,00		24,10		0,00		0,00	
Total Liquido da NFSe:						764,80	

RETENÇÕES FEDERAIS											
IMPOSTO DE RENDA		PIS		COFINS		CSLL		INSS		OUTRAS RETENÇÕES	
38,56		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34157					
Dados Para Depósito					
Cooperativa Sicredi					
Ag: 0715					
C/c: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30814	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	17/09/2025 - 08:52:02	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683170925085202560107865172025097325916	
COMPETÊNCIA	17/09/2025	NÚMERO DO RPS	31048	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30814		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TELEMACO BORBA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA			
ENDEREÇO			
RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TELEMACO BORBA			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3127-8000	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.170.240/0001-04			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Sec. de Administração Ref. Sec. de Administração Ref. Contrato nº 371/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024 Ref. Empenho nº 3470/2025 07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 1.946,77	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 1.946,77


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
2.044,93	0,00	0,00	2.044,93	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	61,35	0,00	0,00	1.946,77

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
98,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34158	
Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30815
		DATA E HORA DA EMISSÃO 17/09/2025 - 08:52:49
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683170925085249070107865172025097325917
COMPETÊNCIA 17/09/2025	NÚMERO DO RPS 31049	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30815		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TELEMACO BORBA	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185
	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA		
ENDEREÇO RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO		
MUNICÍPIO TELEMACO BORBA		
COMPLEMENTO	TELEFONE 3127-8000	
CNPJ 76.170.240/0001-04	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Sec. de Educação Ref. Contrato nº 371/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024 Ref. Empenho nº 3532/2025 07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 173,83	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 173,83


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 182,59	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 182,59	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 5,48	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 173,83

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 8,76	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34159 Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA 30816
			DATA E HORA DA EMISSÃO 17/09/2025 - 08:53:30
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683170925085330730107865172025097325918
COMPETÊNCIA 17/09/2025	NÚMERO DO RPS 31050	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA	

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30816		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TELEMACO BORBA	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO		TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA			
ENDEREÇO RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO			
MUNICÍPIO TELEMACO BORBA			
COMPLEMENTO		TELEFONE 3127-8000	
CNPJ 76.170.240/0001-04	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Ref. Sec. de Educação Ref. Contrato nº 371/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024 Ref. Empenho nº 3539/2025 07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 590,98	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 590,98


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 620,78	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 620,78	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 18,62	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 590,98

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 29,80	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES					
REFERENTE A OS: 34160 Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7					

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30817	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	17/09/2025 - 08:54:16	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683170925085416810107865172025097325919	
COMPETÊNCIA	17/09/2025	NÚMERO DO RPS	31051	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30817		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TELEMACO BORBA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA			
ENDEREÇO			
RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TELEMACO BORBA			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3127-8000	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.170.240/0001-04			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Sec. de Educação Ref. Contrato nº 371/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024 Ref. Empenho nº 3537/2025 07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 333,91	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 333,91


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
350,75	0,00	0,00	350,75	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	10,52	0,00	0,00	333,91

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
16,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34161	
Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	30818	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	17/09/2025 - 08:55:04	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683170925085504500107865172025097325910	
COMPETÊNCIA	17/09/2025	NÚMERO DO RPS	31052	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30818		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	TELEMACO BORBA	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA			
ENDEREÇO			
RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO			
MUNICÍPIO			
TELEMACO BORBA			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3127-8000	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
76.170.240/0001-04			

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Sec. de Educação			
Ref. Contrato nº 371/2024			
Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024			
Ref. Empenho nº 3516/2025			
07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 1.469,22	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 1.469,22


TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
1.543,30	0,00	0,00	1.543,30	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	46,30	0,00	0,00	1.469,22

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
74,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34162	
Dados Para Depósito	
Cooperativa Sicredi	
Ag: 0715	
C/c: 15146-7	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	NÚMERO NOTA 30819
		DATA E HORA DA EMISSÃO 17/09/2025 - 08:56:14
		CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 7683170925085614050107865172025097325911
COMPETÊNCIA 17/09/2025	NÚMERO DO RPS 31053	SITUAÇÃO DA NFS-E AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 30819		AUTORIZADA
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO 1 - Exigível	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) TELEMACO BORBA	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S) MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	NOME / RAZÃO SOCIAL WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA	
	ENDEREÇO RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO	
	MUNICÍPIO MARECHAL CÂNDIDO RONDON	
	COMPLEMENTO SALA 913, TÉRREO	TELEFONE 45 3254-0570
	CNPJ 10.786.517/0001-01	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 23407185
	E-MAIL FINANCEIRO@BINARTECH.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA		
ENDEREÇO RUA WENCESLAU BRAZ, 101, CENTRO		
MUNICÍPIO TELEMACO BORBA		
COMPLEMENTO		TELEFONE 3127-8000
CNPJ 76.170.240/0001-04	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCACAO DE EQUIPAMENTO - Ref. Sec. de Administração Ref. Contrato nº 371/2024 Ref. Pregão Eletrônico nº 89/2024 Ref. Empenho nº 3485/2025 07/12			
Quantidade: 1,00	Valor Unitário: R\$ 3.739,84	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 3.739,84

TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S) 3.928,40	VALOR DEDUÇÃO 0,00	DESCONTO INCONDICIONADO 0,00	BASE DE CÁLCULO ISS 3.928,40	
ALÍQUOTA ISS (%) 3,00	VALOR DO ISS 117,85	VALOR DO ISS RETIDO 0,00	DESCONTO CONDICIONADO 0,00	Total Liquido da NFSe: 3.739,84

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA 188,56	PIS 0,00	COFINS 0,00	CSLL 0,00	INSS 0,00	OUTRAS RETENÇÕES 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34163 Dados Para Depósito Cooperativa Sicredi Ag: 0715 C/c: 15146-7	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO N.º 118/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3215/2025

CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS E A EMPRESA WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA.

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 88.743.604/0001-79, com sede na Avenida Doutor José Athanasio, nº 460, no município de Charqueadas, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.745-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Administração, Planejamento Urbano e Mobilidade Urbana, **ALEX SANDRO MACEDO DA SILVA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.786.517/0001-01, com sede a Rua São Paulo, nº 909, no bairro Centro, CEP 85960-142, no município de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 015/2025 para Contratação de Bens e Serviços (CBS)**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **locação de equipamentos para registro do ponto eletrônico dos servidores públicos do município com o fornecimento de até 60 (sessenta) equipamentos com leitor biométrico facial, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, deslocamento, peças de reposição e horas técnicas inclusa, cessão de uso mensal dos softwares para gestão do ponto eletrônico, comunicação com os relógios, monitoramento de conectividade, aplicativo para registro via celular e tablet, portal do servidor, integração com a folha de pagamento, atualizações e garantia de funcionamento. Instalação de relógios nos locais indicados. Configuração, integração entre equipamentos e software, cadastro das biometrias faciais dos servidores e capacitação presencial de funcionários do setor responsável, conforme descrito e especificado no Termo de Referência (TR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como, a descrição, marcas e preços constantes na Proposta Readequada da CONTRATADA, parte integrante do Pregão Eletrônico nº 015/2025 para Contratação de Bens e Serviços (CBS).**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E GARANTIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O fornecimento dos relógios ponto serão efetuados de acordo com a necessidade da Prefeitura, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

2.1.2. Inicialmente serão instalados 30 (trinta) relógios ponto nos locais destinados pela Prefeitura.

2.1.3. Os prazos podem ser estendidos a pedido da empresa contratada.

2.1.4. Os demais equipamentos serão adicionados conforme demanda de implantação até o limite de 60 (sessenta) relógios pontos.

2.1.5. O valor unitário de locação de cada relógio ponto deverá ser descrito na proposta, conforme modelo em anexo ao Edital

2.1.6. O valor unitário do lance é referente a até 60 (sessenta) relógios pontos.

2.1.7. O valor total será referente a 12 (doze) meses com até 60 (sessenta) relógios pontos.

2.1.8. O valor pagamento da mensalidade do contrato será de acordo com o número de relógios pontos instalados e em uso.

2.1.9. Os serviços deverão ser concluídos no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.

2.1.10. Os equipamentos e licenças serão recebidos pelo Departamento Pessoal juntamente com o Departamento de TI.

2.1.11. A entrega e instalação dos equipamentos, deverão ser feitas por funcionários da própria empresa vencedora da licitação devidamente equipada com os instrumentos e todos os materiais necessários para a execução das instalações no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, nos devidos locais estabelecidos pela Prefeitura, sempre acompanhado por servidor do Departamento Pessoal e Departamento de TI.

2.1.12. Os prazos podem ser estendidos a pedido da empresa contratada.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.1.13. Todos os locais listados para instalação de equipamentos devem apresentar pontos de rede lógica e elétrica sendo de responsabilidade da Prefeitura;

2.1.14. Todos os locais deverão ter endereço IP/MÁSCARA DE SUB REDE/GATEWAY definido na data da instalação, que será atribuído para cada equipamento.

2.1.15. Da Garantia:

2.1.15.1. Os equipamentos locados deverão ter garantia do fabricante e deverão ser substituídos com prazo máximo de 01 (um) dia útil caso apresentem falhas.

2.1.16. Da Assistência Técnica:

2.1.16.1. Manutenção corretiva in loco de todos os equipamentos fornecidos, prestar assistência técnica para todo e qualquer defeito de fabricação ou desgaste natural dos equipamentos ou intercorrências do software, realizando se necessário a reinstalação;

2.1.16.2. Manutenção preventiva de todos os equipamentos e software serão realizados mensalmente de acordo com cronograma estabelecido pelo Contratante;

2.1.16.3. Substituição definitiva de equipamentos quando necessário na sede da Prefeitura, Secretarias e Setores. Os equipamentos que apresentarem defeito devem ser consertados ou substituídos em até 24 (vinte quatro) horas após a abertura do chamado técnico;

2.1.16.4. A Contratada deverá realizar o cadastramento inicial das faces dos servidores para equipamentos fornecidos;

2.1.16.5. Durante o período de vigência do contrato, todas as adaptações na solução que forem implantadas, deverão ser precedidas do treinamento necessário ao bom uso do sistema e sem custo adicional;

2.1.16.6. Adaptações e particularidades na solução que forem implantadas, não deverão ter custos adicionais;

2.1.16.7. Garantia de funcionamento de toda a solução;

2.1.16.8. Os serviços para instalação e configuração dos sistemas devem importar a base de dados do sistema de ponto existente;

2.1.16.9. Os servidores municipais deverão receber treinamento presencial, pelos técnicos da empresa.

2.1.16.10. O suporte remoto para os sistemas deverá ocorrer em um prazo máximo de 2 (duas) horas após a abertura do chamado e 24 (vinte quatro) horas para atendimento presencial;

2.1.16.11. Central de atendimento, visando à solução de eventuais problemas e questões que surjam, com retorno de no máximo 2 (duas) horas.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.1.16.11.1. A Contratada deverá disponibilizar ferramenta na web que permita a abertura de chamados de qualquer natureza, permitindo o acompanhamento detalhado dos incidentes e requisições em aberto ou finalizadas, bem como, todos os status até a conclusão das mesmas.

2.1.16.11.2. Essa ferramenta tem objetivo de estabelecer um canal de contato com os usuários para a prestação de informações, esclarecimento de dúvidas, registro de solicitações de serviços e suporte a equipamentos, não havendo necessidade de a Prefeitura instalar/contratar aplicativos de terceiros para este fim;

2.1.16.12. Características das funções operacionais que deve conter:

2.1.16.12.1. Possibilidade de realizar abertura de chamado dentro do sistema de gestão do ponto;

2.1.16.12.2. Possibilidade de abertura de chamado por nível de prioridade;

2.1.16.12.3. Possibilidade de alertar por e-mail toda tramitação realizada no chamado;

2.1.16.12.4. Possibilidade de anexar arquivos no chamado;

2.1.16.12.5. Possibilidade de reabertura do chamado concluído;

2.1.16.12.6. Possibilidade de avaliar o atendimento do chamado concluído.

2.1.16.13. A Contratada deverá realizar suporte técnico presencial, sempre que for solicitado pela Prefeitura, durante o período contratual.

2.1.16.14. Os serviços de suporte técnico deverão garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates, upgrades) para os softwares.

2.1.16.15. Atualizações de versões dos sistemas deverão ocorrer fora do horário de expediente da Prefeitura;

2.1.16.16. Os serviços de suporte deverão ser prestados pela Empresa de forma contínua e em horário comercial.

2.1.16.17. Deverão ser disponibilizados canais de atendimento via telefone, WhatsApp, chat e e-mail.

2.1.16.18. A Contratada deverá disponibilizar um sistema de chat (online), com objetivo de diminuir os tempos de respostas para atendimentos relacionados a dúvidas da solução de Ponto Eletrônico, possibilitando auditorias e relatórios de atendimentos;

2.1.16.19. Características das funções operacionais que deve conter:

2.1.16.19.1. O sistema de chat disponibilizado deverá contar com atendimento humano;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.1.16.19.2. O sistema de chat disponibilizado deverá fornecer a possibilidade de transferência de arquivos;

2.1.16.19.3. O sistema de chat disponibilizado deverá possibilitar o envio por e-mail da transcrição do atendimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A gestão do presente contrato será exercida pelo Secretário da Pasta, ou o outro servidor que vier a ser indicado por ele.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A gestão do contrato será exercida pelo servidor Alex Sandro Macedo da Silva, Secretário Municipal da Administração, Planejamento Urbano e Mobilidade Urbana, Matrícula nº 29171, designado conforme Portaria específica.

4.2. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor José Santos Rio, Diretor Geral de Secretaria, matrícula nº 38126, designada conforme Portaria específica, que cuidará pontualmente do contrato, visando o acompanhamento e fiscalização do objeto.

4.3. O preposto é o representante do contratado, que deverá ser formalmente designado para servir como interlocutor junto à Administração na execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 100.800,00 (cento mil e oitocentos reais).

6.1.1. Os valores unitários são os especificados no Anexo Único do contrato.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado conforme ordem cronológica de pagamentos do Município em até 30 (trinta) dias contados após a emissão e protocolo da Nota Fiscal, com o aceite do fiscal, observadas as condições de recebimento provisório ou definitivo.

7.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-E¹ do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro-rata*.

7.3. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório dos serviços/produtos prestados/executados e fornecidos.

7.4. Na emissão da Nota Fiscal deverá ser informado o n° da Ordem de Compras (ou da Nota de Empenho) e a Autorização de Fornecimento correspondente.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.7. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto / ou a execução do serviço.

7.8. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

7.9. A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

- a)** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- b)** Pagamento a microempresa, empresa de pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

¹Acórdão TCU n° 1.931/2004 - Plenário. Recurso Extraordinário (RE) 870947





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- c) Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- d) Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- e) Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

7.10. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

7.11. O Secretário Municipal da Pasta e o Fiscal de Contrato será(ão) o(s) responsável(is) pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará(ão) a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços prestados, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do [art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato e/ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas expensas, no tal ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, às informações necessárias ao cumprimento do contrato.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo condições de segurança, higiene e disciplina;

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. Não haverá exigência de garantia de execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES À CONTRATADA

11.1. A licitante ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo - sanção base: 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato - sanção base: 12 (doze) meses de impedimento de licitar e contratar;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame - sanção base: 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - sanção base: 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta - sanção base: 12 (doze) meses de impedimento de licitar e contratar;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado - sanção base: 06 (seis) meses de impedimento de licitar e contratar;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato - sanção base: 36 (trinta e seis) meses de declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato - sanção base: 48 (quarenta e oito) meses de declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza - sanção base: 36 (trinta e seis) meses de declaração de inidoneidade para licitar e contratar;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação – sanção base: 48 (quarenta e oito) meses de declaração de inidoneidade para licitar e contratar; e
- k) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – sanção base: 36 (trinta e seis) meses de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

11.2. Serão consideradas circunstâncias agravantes às previstas no artigo 106 do [Decreto Municipal n.º 3926/2023](#).

11.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste Contrato, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.3 deste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.3 deste Contrato.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções previstas no item 11.3 deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.8. Na aplicação da sanção prevista no item 11.3 deste Contrato, alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.9. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 11.3 deste Contrato, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.14. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “l” do item 11.1 do presente Contrato exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será procedido de:

12.2.1. Balanço de eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ÓRGÃO:	4	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
UNIDADE:	1	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNÇÃO:	4	ADMINISTRAÇÃO
SUB - FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	2	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJ/ ATIVIDADE:	2006	MANUT. ATIV. SEC. ADMINISTRAÇÃO
ELEMENTO:	3339039000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ÓRGÃO:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	91	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB - FUNÇÃO:	305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
PROGRAMA:	107	ATENÇÃO À SAÚDE
PROJ/ ATIVIDADE:	2072	MANUTENÇÃO CENTRO TESTAGEM E ACONSELHAMENTO
ELEMENTO:	3339039000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ÓRGÃO:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	91	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB - FUNÇÃO:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA:	107	ATENÇÃO À SAÚDE
PROJ/ ATIVIDADE:	2034	ATENÇÃO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
ELEMENTO:	3339039000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ÓRGÃO:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	91	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB - FUNÇÃO:	301	ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA:	107	ATENÇÃO À SAÚDE
PROJ/ ATIVIDADE:	2115	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
ELEMENTO:	3339039000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
ÓRGÃO:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	91	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10	SAÚDE
SUB - FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	2	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJ/ ATIVIDADE:	2006	MANUT. ATIV. SEC. ADMINISTRAÇÃO
ELEMENTO:	3339039000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c o [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#) e [art. 109 do Decreto Municipal n. 3.926/2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o Foro de Charqueadas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal 14.133/2021](#).

Charqueadas, 24 de julho de 2025.

ALEX SANDRO MACEDO DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
PLANEJAMENTO URBANO E MOBILIDADE URBANA
CONTRATANTE

CARLOS
EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:045143
41967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26182271000107, OU= Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN= CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.07.24 14:58:00-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA
CNPJ: 10.786.517/0001-01
CONTRATADA





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO ÚNICO – CONTRATO N.º 118/2025

PROCESSO GERAL DE COMPRAS N.º 043388

Item	Qtd.	Unidade	Descrição	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				VALOR DO LANCE NO SISTEMA Valor Mensal de até 60 (sessenta) equipamentos	Valor Total Anual de até 60 (sessenta) equipamentos
01	12	MÊS	Locação de equipamentos para registro do Ponto Eletrônico dos servidores públicos do Município com o fornecimento de ATÉ 60 (SESSENTA) EQUIPAMENTOS com leitor biométrico facial, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, deslocamento, peças de reposição e horas técnicas inclusa, cessão de uso mensal dos softwares para gestão do ponto eletrônico, comunicação com os relógios, monitoramento de conectividade, aplicativo para registro via celular e tablet, portal do servidor, integração com a folha de pagamento, atualizações e garantia de funcionamento. Instalação de relógios nos locais indicados. configuração, integração entre equipamentos e software, cadastro das biometrias faciais dos servidores e capacitação presencial de funcionários do setor responsável. Código CATSER: 27502	R\$ 8.400,00	R\$ 100.800,00

Valor Mensal de 01 (um) equipamento para Registro do Ponto Eletrônico

R\$ 140,00



PREFEITURA DE
CHARQUEADAS


DEPARTAMENTO JURÍDICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Avenida Doutor José Athanasio, 460 – Centro - Fone: (51) 3958-8408
Visite o nosso site: www.charqueadas.rs.gov.br
E-mail: pregoes@charqueadas.rs.gov.br

Página 16 de 16

Pregão Eletrônico: 015/2025
Processo Administrativo: 3215/2025

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON		NÚMERO NOTA	31256	
			DATA E HORA DA EMISSÃO	22/10/2025 - 14:03:40	
			CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO	7683221025140340690107865172025107326608	
COMPETÊNCIA	22/10/2025	NÚMERO DO RPS	31492	SITUAÇÃO DA NFS-E	AUTORIZADA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 31256		AUTORIZADA	
EXIGIBILIDADE DO ISS / NATUREZA DA OPERAÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)	LOCAL DA INCIDÊNCIA DO(S) SERVIÇO(S)	
1 - Exigível	CHARQUEADAS	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	

PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
	NOME / RAZÃO SOCIAL		
	WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA		
	ENDEREÇO		
	RUA SÃO PAULO, 909, CENTRO		
	MUNICÍPIO		
	MARECHAL CÂNDIDO RONDON		
COMPLEMENTO		TELEFONE	
SALA 913, TÉRREO		45 3254-0570	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
10.786.517/0001-01	23407185	NOTASFISCAISB@BIOFINGER.COM.BR	

TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
NOME / RAZÃO SOCIAL			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHARQUEADAS			
ENDEREÇO			
AVENIDA DR JOSE ATHANASIO, 460, CENTRO			
MUNICÍPIO			
CHARQUEADAS			
COMPLEMENTO		TELEFONE	
		3958-8415	
CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	E-MAIL	
12.717.209/0001-50		contadoria@charqueadas.rs.gov.br	

DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)			
Serviço: 107.0 - Descrição Serviço: LOCAÇÃO DE SOFTWARE E EQUIPAMENTO - Ref. Contrato nº 118/2025			
Ref. Pregão Eletrônico nº 015/2025			
Ref. Empenho nº 007513			
Ref. Parcela 1/12			
Ref. 09/25			
Quantidade: 21,00	Valor Unitário: R\$ 133,28	Desconto: R\$ 0,00	Total Liquido: R\$ 2.798,88

TOTAIS DA NFS-E				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S)	VALOR DEDUÇÃO	DESCONTO INCONDICIONADO	BASE DE CÁLCULO ISS	
2.940,00	0,00	0,00	2.940,00	
ALÍQUOTA ISS (%)	VALOR DO ISS	VALOR DO ISS RETIDO	DESCONTO CONDICIONADO	Total Liquido da NFSe:
3,00	88,20	0,00	0,00	2.798,88

RETENÇÕES FEDERAIS					
IMPOSTO DE RENDA	PIS	COFINS	CSLL	INSS	OUTRAS RETENÇÕES
141,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES	
REFERENTE A OS: 34831	
Dados para Depósito	
Cooperativa Sicredi	
Agência: 0715	
Conta Corrente: 15146-7	



INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO COM SISTEMA WEB, INCLUINDO MANUTENÇÃO, PARA CONTROLE DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA E FORNECIMENTO DE CRACHÁS PERSONALIZADOS, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA E A EMPRESA WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

CONTRATO N° 093/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N° 3535606.413.00009583/2025-25

EDITAL N°. 0051/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 0048/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF N°. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade N°. 17.528.822-7- SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob N°. 103.582.378-07, residente na residente e domiciliada à Rua Manoel Inácio de Carvalho, nº 385 - Bairro Caracol - Paraibuna/SP.

CONTRATADA: EMPRESA WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, com sede na Rua São Paulo, nº 909, Sala 601 - Andar 6 - Edf. C. Espelho das Águas, Bairro Centro, na cidade de Marechal Candido Rondon, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 10.786.517/0001-01, neste ato representada pelo Sr. **CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 7500065-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 045.143.419-67.

As partes acima identificadas têm entre si justo o presente contrato compreendendo o objeto do presente edital, nos termos da proposta constante do processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº **0048/2025** - Processo Administrativo nº **3535606.413.00009583/2025-25**, ao qual se acha vinculado e nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, dos Decretos Municipais nºs 4.129 de 11 de janeiro de 2024, 3.717 de 30 de junho de 2021, 4.257 de 11 de março de 2025, 4.288 de 29 de maio de 2025, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO COM SISTEMA WEB, INCLUINDO MANUTENÇÃO, PARA CONTROLE DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA E FORNECIMENTO DE CRACHÁS PERSONALIZADOS, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Contrato, no Edital e seus anexos.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 105 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR/PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ 83.800,00 (oitenta e três mil e oitocentos reais), conforme proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, como segue:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UNID	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Locação de 42 Equipamentos - Relógio de Ponto Eletrônico (REP) com leitor biométrico incluindo Locação e implantação de software de tratamento e gerenciamento de ponto 100% web, para, no mínimo, 750 funcionários ativos, incluindo treinamento de gestores conforme termo de referência.	12	MESES	R\$ 6.650,00	R\$ 79.800,00
2	Aquisição de crachás de identificação funcional com cordão personalizado e protetor plástico, com entrega do conjunto montado, destinados ao uso de servidores, compatível com o item 01	1.000	UNID	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
Valor Total					R\$ 83.800,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Este contrato fica vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 0048/2025**, referente ao Processo nº 3535606.413.00009583/2025-25, bem como seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

PARÁGRAFO ÚNICO - A **CONTRATADA** compromete-se a manter, durante a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO ÚNICO - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a execução dos serviços e entregar os equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações da Contratante:

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas para atender a esta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias, do presente exercício na classificação abaixo:

Fonte de Recurso: 01 - Tesouro

02.02.01 - Setor de Administração Geral

04.122.0003.2005 - Manutenção de Gestões da Adm. e Recursos Humanos

3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa J.

CLÁUSULA OITAVA - DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO ÚNICO - A O.S. poderá ser entregue por qualquer meio que possibilite a comprovação de seu recebimento.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As especificações dos equipamentos e dos crachás, bem como prazos, locais e condições para a execução contratual, encontram-se descritas nos **itens 1, 4 e 5 do Termo de Referência, vinculado à este Contrato e ao Pregão Eletrônico nº 0048/2025.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO QUARTO - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PARÁGRAFO QUINTO - Fiscalização

1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Cleidson Correa Alves**, RG: 33.199.614-5, matrícula nº 1687.

PARÁGRAFO SEXTO - Fiscalização Administrativa

1. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - De forma a zelar pela execução da prestação de serviços junto a CONTRATADA, bem como o cumprimento do disposto no item II da alínea "L" - item 4 do TR, será permitida a subcontratação dos serviços de assistência técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos da importância estabelecida contratualmente, serão pagos após a entrega, mediante comprovante de entrega, com autorização de fornecimento (A.F.) e notas fiscais, devidamente assinadas pelo departamento competente da Estância Turística de Paraibuna. O pagamento ocorrerá em até 30 dias após o recebimento da respectiva nota fiscal, juntamente com a CND do INSS, CND do FGTS e CND Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Prazo de pagamento

1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Forma de pagamento

1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2. Será considerada data do pagamento das referidas notas fiscais, conforme consta os pagamentos da contabilidade 10; 20 e 30 dias.

3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de obras, serviços e compras e 50%, no caso de reforma de edifícios ou equipamentos.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

PARÁGRAFO ÚNICO - Após o interregno de 1 ano e nos termos do artigo 92, §3º da Lei nº 14.133/2021, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, pela variação do Índice IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial, com a data base vinculada a data do orçamento estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Conforme prevê o artigo 124, II, "d" da Lei Federal 14.133/2021, é possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do instrumento em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do instrumento tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A administração responderá ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

2.4. deixar de apresentar amostra;

2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

3. não celebrar o contrato ou a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

5. fraudar a licitação

6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

9. entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. advertência;

2. multa;

3. impedimento de licitar e contratar e

4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

2. as peculiaridades do caso concreto

3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observando-se os seguintes parâmetros:

1. Para as infrações previstas nos itens 1, 2 e 3 do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.

2. Para as infrações previstas nos itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 5% a 20% do valor do contrato licitado.



3. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusado adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual

4. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço não executada em caso de Ata de Registro de Preços.

6. 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato ou Ata de Registro de Preços, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1, 2, e 3 do parágrafo primeiro desta cláusula, e item 6 - alíneas "a" e "b" do parágrafo quarto desta cláusula, bem como aqueles que ensejarem o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO OITAVO - Será aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do parágrafo primeiro desta cláusula, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, 2 e 3 do parágrafo primeiro desta cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;



- II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sem prejuízo das hipóteses acima arroladas, o contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputa, desde que haja interesse da administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO QUARTO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, sem prejuízos das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados à Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna, os direitos elencados no artigo 139 da Lei Federal nº14.133/2021, sem prejuízos das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Licitador, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer momento o presente procedimento, por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A anulação ou revogação do procedimento licitatório abrange à do instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Proponente não terá direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, em consonância com o disposto na Lei n° 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituem prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

a) *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - Decreto n.º 3.678/2000;*

b) *Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - Decreto n.º 5.410/2002;*

c) *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - Decreto n.º 5.678/2006*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratada declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUARTO - A contratada se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUITNO - A contratada, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se perante ao Órgão Gerenciador a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013, art. 5º.

PARÁGRAFO SEXTO - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa - PAR, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;

b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A contratada obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LEGISLAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Federal 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal 4.129/24, e demais normas pertinentes, da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis Complementares 147/14, 155/16, em suas redações atuais, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica eleito o Foro da Comarca da Estância Turística de Paraibuna, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente acordo, não se admitindo a sua substituição por nenhum outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente termo em 01 (uma) via para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Estância Turística de Paraibuna, 22 de setembro de 2025.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA
Heloisa Antunes de Faria Santos
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:0451434
1967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferencia,
OU=Certificado PF A1, CN=CARLOS EDUARDO
ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.23 10:59:54-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA
Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo
Contratada



AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3535606.413.00009583/2025-25

PREGÃO ELETRÔNICO N° 48/2025

INTERESSADO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Relógio de Ponto Eletrônico para os Departamentos da Estância Turística de Paraibuna.

VALOR: R\$ 83.800,00

VIGÊNCIA: 12 meses contados da assinatura

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF N°. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade N°. 17.528.822-7- SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob N°. 103.582.378-07, residente na residente e domiciliada à Rua Manoel Inácio de Carvalho, nº 385 - Bairro Caracol - Paraibuna/SP.

CONTRATADA: EMPRESA WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA, com sede na Rua São Paulo, nº 909, Sala 601 - Andar 6 - Edf. C. Espelho das Águas, Bairro Centro, na cidade de Marechal Candido Rondon, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 10.786.517/0001-01, neste ato representada pelo Sr. **CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 7500065-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 045.143.419-67.

Pela presente Autorização de Fornecimento/ Autorização de Ordem de Execução de Serviço a CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste Contrato, bem como executar o serviço de instalação vinculado, de acordo com sua proposta de preços, respeitando todo Termo de Referência relacionado a esta contratação.

Estância Turística de Paraibuna, 22 de setembro de 2025.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA
Heloisa Antunes de Faria Santos
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341
967

Assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=26182271000107, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=CARLOS EDUARDO ZANQUETTA CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.23 11:00:13-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA
Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo
Contratada



[Comentários]

TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO - PELA CONTRATADA E PELA CONTRATANTE

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

CONTRATO Nº.: 093/2025

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Relógio de Ponto Eletrônico para os Departamentos da Estância Turística de Paraibuna.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1.Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº. 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2.Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso, e, de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Paraibuna, 22 de setembro de 2025.



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELA CONTRATANTE:

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 103.582.378-07

RESPONSÁVEL QUE ASSINA O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo

Cargo: Sócio Administrador

CPF: 045.143.419-67

CARLOS
EDUARDO
ZANQUETTA
CARDOZO:045
14341967

Assinado digitalmente por CARLOS
EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, OU=
26182271000107, OU=Videoconferencia,
OU=Certificado PF A1, CN=CARLOS
EDUARDO ZANQUETTA
CARDOZO:04514341967
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.23 11:00:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CNPJ N°: 46.643.474/0001-52

CONTRATADA: WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARES LTDA

CNPJ N°: 10.786.517/0001-01

CONTRATO N° (DE ORIGEM): 093/2025

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2025

VIGÊNCIA: 22/09/2025 à 21/09/2026

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Locação de Relógio de Ponto Eletrônico para os Departamentos da Estância Turística de Paraibuna.

VALOR (R\$): 83.800,00

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Estância Turística de Paraibuna, 22 de setembro de 2025.

RESPONSÁVEIS:

PELA CONTRATANTE:

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

E-mail: prefeita.helo@paraibuna.sp.gov.br

PELA CONTRATADA:

Nome: Carlos Eduardo Zanquetta Cardozo

Cargo: Sócio Administrador

E-mail: contratos@binartech.com.br